



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
IG/ IB/ IQ/ FACE-ECO/ CDS
CURSO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS

**Extensão universitária em assentamentos rurais de Mambaí, GO:
aprendendo, construindo e vivendo o projeto Realidade.**

GUILHERME FRAISSAT MAMEDE FERREIRA

BRASÍLIA – DF

JUNHO / 2015

GUILHERME FRAISSAT MAMEDE FERREIRA

**Extensão universitária em assentamentos rurais de Mambaí, GO: aprendendo,
construindo e vivendo o projeto Realidade.**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Ambientais da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção de grau de bacharel em Ciências Ambientais, sob orientação do professor Dr. Thomas Ludewigs.

BRASÍLIA – DF
JUNHO / 2015

FERREIRA, Guilherme Fraissat Mamede.

Extensão universitária em assentamentos rurais de Mambá, GO: aprendendo, construindo e vivendo o projeto Realidade.

Orientação: Dr. Thomas Ludewigs

78 páginas.

Projeto final do curso de graduação em Ciências Ambientais – Consórcio IG/ IB/ IQ/ FACE-ECO/ CDS – Universidade de Brasília.

Brasília – DF, 2015.

1. Desenvolvimento rural; 2. Agroecologia; 3. Conservação; 4. Pequenos Projetos; 5. Extrativismo. (PALAVRAS CHAVES)

**Extensão universitária em assentamentos rurais de Mambaí, GO:
aprendendo, construindo e vivendo o projeto Realidade.**

Guilherme Fraissat Mamede Ferreira

Prof. Orientador: Dr. Thomas Ludewigs

Brasília-DF, Junho de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Thomas Ludewigs (Orientador)

Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília

Prof. Dr. Pedro Henrique Zuchi da Conceição (Avaliador)

Instituto de Economia da Universidade de Brasília

Prof. Dr. Manoel Pereira de Andrade (Avaliador)

Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária

Prof^ª. Dr^ª. Mônica Celeida Rabelo Nogueira (Avaliadora)

Faculdade UnB Planaltina

*“ Cerrado é senhor velho
Profunda sabedoria
Onde resiste flor valente
Sempre-viva na estia*

*Veredas, chapadões
Sertão do Brasil Central
Céu do tamanho do mundo
Sem princípio, nem final*

*Morada de berço d’água
Clima seco, ora chuvoso
Foi lá que disse o Rosa
“Viver é muito perigoso”*

*Quem diz que o Cerrado
É mata morta, sem feitio
Não conhece sua cultura
Nem o povo que a pariu*

*Entre calango e carcará
De pé, em movimento
Se embrenha a sua gente
Na feitura do seu tempo*

*Benedeiras, foliões
Divino, Reis vão louvar
Lundu e curralera
Só vê quem lá está*

*Buriti dá tudo um pouco
Sabor, beleza, proteção
Pequi, único gosto
Do tingui se faz sabão*

*Sozinha, vendo tudo
Caliandra sempre está
Barbatimão, forte remédio
Da medicina popular*

*Cura do mato, de tradição
Senhora erveira sabe usar
Vão das Almas, dos Buracos
Quilombo também tem lá*

*A essência dessas terras
É como aboio de vaqueiro
Vem da alma desse povo
Cerratense, brasileiro.”*

*Sertão do Brasil Central, de Keyane Dias.
Agosto de 2014 – Taguatinga (DF)*

Disponível em: <https://alemdasparedes.wordpress.com>

Agradecimentos

À fonte criadora e sua inteligência suprema;

À minha mãe, parceira de vida e mestra em amor e dedicação;

Aos irmãos e irmãs de caminhada que encontrei;

Às famílias que conheci dos assentamentos Capim-de-cheiro, Paraná e Mambaí;

Ao Estágio Interdisciplinar de Vivência do DF, pela oportunidade de aprender caminhos de relação humana e social e de repensar as formas de geração e aplicação de conhecimentos;

À ciência, aos movimentos sociais, instituições e pessoas que lutam por formas vida cada vez mais justas e ricas em aprendizados neste planeta;

Ao professor e parceiro Thomas Ludewigs pela dedicação aos projetos realizados em Mambaí-GO e pelas atitudes enquanto profissional e ser humano, repletas de humildade e sabedoria;

Ao Eduardo Barroso e ao Sandro Borges pelo trabalho de vanguarda realizado enquanto ICMBio e pela participação ativa na construção do projeto Realidade;

A toda equipe de estudantes e professores que passaram pelo PROEXT Cerrado em Pé;

À Fabiana Peneireiro, por ser fonte de inspiração e pela incalculável colaboração neste trabalho;

Às pessoas incríveis que se organizam enquanto Mutirão Agroflorestal, pela oportunidade de conhecê-los, trabalhar e aprender;

À Elaine, ponto firme que garante o bom andamento do curso de Ciências Ambientais, com tanta alegria, gentileza e competência;

Ao professor Pedro Zuchi, por acreditar no curso e se dedicar com tanto amor em prol do presente e futuro das Ciências Ambientais (e dos estudantes que por aí se aventuram) e pelas conversas de pé de ouvido que me fazem crescer e amadurecer enquanto ser humano;

Às pessoas da banca avaliadora, pela atenção, colaboração e compreensão.

Ao N'Zambi e à capoeira, que me ajudam dia a dia a ser mais completo;

À família CAAMB;

A tod@s @s estudantes do Brasil de Ciências Ambientais, Ciências Socioambientais, Ciência Ambiental, ou seja lá que nome se dê – ao ENECAMB! ;

À vida.

Resumo

Este trabalho compartilha lições aprendidas durante a construção do Projeto comunitário *Realidade: soberania alimentar, extrativismo e inclusão produtiva em três assentamentos rurais em Mambai-GO*. São descritas as etapas de construção deste, analisando erros e acertos, o papel dos atores envolvidos e tece recomendações para futuros projetos na região. Procura-se ainda estimular a construção e gestão de uma ciência conectada à realidade e à necessidade das pessoas, que valorize seus saberes e estimule o processo criativo e crítico da sociedade. Construído em conjunto com uma comunidade que reside dentro da Área de Proteção Ambiental Nascentes do Rio Vermelho, o projeto foi contemplado pelo Programa de Pequenos Projetos Ecosociais e é posto aqui como peça técnica deste trabalho. Partindo da hipótese que o fortalecimento da agricultura familiar pode ser uma estratégia importante para a conservação ambiental, a Agroecologia foi utilizada como abordagem para dialogar com as comunidades rurais. A valorização dos saberes locais e a utilização de metodologias participativas e avaliativas se mostrou capaz de estimular o pensamento crítico da comunidade e o seu empoderamento em relação a idealização do Projeto. O trabalho conclui ainda que os processos de vivência com as famílias rurais favoreceram o comprometimento dos estudantes com os trabalhos realizados, fomentando a geração de conhecimentos a partir do ciclo da pesquisa-ação. Delimitar o espaço de atuação da universidade e estimular o protagonismo da comunidade auxiliou na busca coletiva por soluções. É importante que projetos na região compreendam a complexidade de organização das comunidades locais e tragam resultados rápidos. Se faz necessário, contudo, compreender melhor a importância das composições de projetos locais para estabelecer uma relação duradoura e programática de agentes externos com a comunidade, que a auxilie no caminho em busca da autonomia desta última.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural; Agroecologia; Conservação; Pequenos projetos; Extrativismo.

Índice de figuras

Figura 1: Mapa da região. Em amarelo o limite da APA Nascentes do Rio Vermelho e, no centro esquerdo, a rodovia GO-108. Em azul, o limite entre GO e BA. Em branco, o limite dos Projetos de Assentamentos Paraná, Mambaí e Capim-de-cheiro. Fonte: Google Earth™ (2015).....	28
Figura 2: Preparação de esteira feita com palha de buriti (<i>Mauritia flexuosa</i>).....	30
Figura 3: Extrativista despolpando pequi (<i>Caryocar brasiliense</i>).....	30
Figura 4: Estudante (Yumi) feliz com a coleta de araticum (<i>Annona sp.</i>) no assentamento Capim-de-cheiro.....	30
Figura 5: Produção de bananas (<i>Musa spp.</i>) na parcela do seu Abel (Capim-de-Cheiro).....	30
Figura 6: Plantação de arroz (<i>Oryza sp.</i>) na parcela da família do seu Joaquim e da dona Aparecida	31
Figura 7: Estoque de alho (<i>Allium sativum</i>) colhido da dona Ana e do seu Marcolino.....	31
Figura 8: Horta da casa da dona Rosa e seu Djalma.....	31
Figura 9: Construção do mapa participativo com comunidade.....	38
Figura 10: Apresentação dos agricultores buscando sistematizar uma solução para trabalhar com o problema levantado: a "terra fraca"	39
Figura 11: Participação das crianças no mutirão de manejo.....	42
Figura 12: Horta do Seu Abel coberta com matéria orgânica.....	44

Índice de tabelas

Tabela 1:.....	27
Tabela 2:	29

Listas de abreviaturas e siglas

APA: Área de Proteção Ambiental

APA-NRV: Área de Proteção Ambiental Nascentes do Rio Vermelho

APP: Área de Proteção Permanente

ATER: Assistência Técnica Rural

CDS-UnB: Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília

CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT: Comissão Pastoral da Terra

CTC: Concentração de Troca de Cátions

DRP: Diagnóstico Rural Participativo

ECOFORTE: Programa de Ampliação e Fortalecimento das Redes de Agroecologia e Produção Orgânica

EIV-DF: Estágio Interdisciplinar de Vivência do Distrito Federal

EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FOFA: Força, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças

FUNATURA: Fundação Pró Natureza

FUP-UnB: Faculdade de Planaltina da Universidade de Brasília

GEF: *Global Environment Facility*

ICMBio: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ISPN: Instituto Sociedade, População e Natureza

MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens

MEC: Ministério da Educação

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONGs: Organizações Não-Governamentais

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PAs: Projetos de Assentamentos

PNAE: Programa Nacional de Alimentação

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPP-ECOS: Programas de Pequenos Projetos Ecosociais

PPP: Projeto Político Pedagógico

PROCERA: Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária

ProExt: Programa de Extensão

ProExt Cerrado em pé: Programa de Extensão Promoção do uso do Cerrado em pé no Nordeste de Goiás

SAFs: Sistemas Agroflorestais

SGP: *Small Grants Programme*

TCC: Trabalho de Conclusão de Curso

Sumário

Agradecimentos.....	6
Resumo.....	7
Índice de figuras.....	8
Índice de tabelas.....	8
Listas de abreviaturas e siglas.....	9
Sumário.....	11
Introdução.....	12
Capítulo 1 – Revisão Bibliográfica.....	16
1.1 – Questões ambientais e desenvolvimento rural.....	16
1.2 – O fortalecimento da agricultura familiar como estratégia para conservação ambiental.....	18
1.3 – Desafios e potencialidades de uma Área de Proteção Ambiental.....	21
1.4 – A marginalização da agricultura familiar no Brasil.....	23
Capítulo 2 – Construindo uma relação: Universidade e Assentamentos.....	26
2.1 Apresentação dos assentamentos.....	26
2.2 O Programa de Extensão Promoção do uso do Cerrado em pé no Nordeste de Goiás.....	30
2.3 Reflexões sobre o ProExt Cerrado em Pé nos P.A.s Mambaí, Capim-de-cheiro e Paraná.....	43
Capítulo 3 – O Projeto Realidade: apresentação da peça técnica.....	47
3.1 O Programa de Pequenos Projetos Ecosociais.....	47
3.2 Construindo o Projeto Realidade.....	50
3.2.1 Diálogo com a comunidade: escolha do objetivo e das atividades.....	50
3.2.2 Escrevendo o projeto e articulando as parcerias.....	53
3.2.3 O projeto em poucas palavras:.....	56
3.3 Lições aprendidas e discussão.....	56
Considerações finais.....	59
Bibliografia.....	63
Apêndice.....	68
Projeto Realidade: soberania alimentar, extrativismo e inclusão produtiva em 3 assentamentos rurais em Mambaí-GO.....	69

Introdução

(...) *A longa luta somente será vencida no dia em que for possível esquecer o adjetivo “sustentável” ou o prefixo “eco” ao se falar em desenvolvimento.*
(Sachs, 1993)

Este trabalho compartilha as lições aprendidas durante a construção do Projeto *Realidade: soberania alimentar, extrativismo e inclusão produtiva em três assentamentos rurais em Mambai-GO*, construído em conjunto com uma comunidade que reside dentro da Área de Proteção Ambiental Nascentes do Rio Vermelho (APA-NRV). Tal projeto foi escrito na intenção de captar recursos para impulsionar o desenvolvimento rural atrelado a estratégias de conservação ambiental e manter a relação entre um grupo formado por um programa de extensão universitária com os assentamentos rurais de Mambai-GO. Ressalta-se que o Projeto foi construído por uma rede de estudantes, agricultores locais, professores e outros parceiros, sendo, portanto, um trabalho coletivo no qual eu me coloquei como um ponto focal em vista de facilitar a construção e responder a alguns encaminhamentos deste processo.

O Projeto *Realidade* é apresentado aqui como peça técnica desse trabalho de conclusão de curso (TCC), que pode ser entendido como fruto de um programa de extensão universitária chamado *Promoção do Uso do Cerrado em Pé no Nordeste de Goiás*, coordenado pelo professor Thomas Ludewigs e contemplado pelo Programa de Extensão (ProExt), de gestão interministerial. Foi esse programa de extensão que possibilitou a construção de um projeto com base na participação e nos interesses da comunidade.

Dessa forma, esse TCC busca cumprir o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão universitária (definido pela Constituição Federal, Art. 207). Nesse sentido, a prática extensionista busca complementar a formação universitária e influenciar a pesquisa, ao mesmo tempo em que, fora de uma lógica assistencialista, busca compartilhar e trocar conhecimentos fomentados pelas pesquisas científicas. Projetos de vivência em comunidades rurais, como o Estágio Interdisciplinar de Vivência do Distrito Federal (EIV-DF), vêm estimulando essa relação de comunicação entre a Universidade e os atores sociais do campo, promovendo uma visão holística da questão agrária e do modo de vida no campo (ANDRADE *et al.*, 2014). Adicionalmente, ações de extensão universitária como a que se tem levado a cabo em Mambai, contribuem para a geração de novos conhecimentos a partir do ciclo pesquisa-ação, no qual a ação de intervenção planejada junto à comunidade é monitorada e analisada, para que depois a ação possa ser repensada e ajustada.

Acredita-se aqui que o fortalecimento da agricultura familiar com base na abordagem Agroecológica é uma estratégia relevante para dar qualidade a um desenvolvimento rural participativo, levando em consideração o fortalecimento do tecido social dos assentamentos rurais, a formulação de estratégias econômicas que proporcionem ampliação da qualidade de vida às comunidades envolvidas, a garantia da conservação ambiental da região e o questionamento e ressignificação da relação homem-natureza. Esse desafio, vale aqui ressaltar, vai ao encontro com o que o teórico Amartya Sen coloca quando defende que o *desenvolvimento* só ocorre quando os agentes envolvidos são os protagonistas desse processo, “sendo expresso pela capacidade que esses atores, em seus grupos, adquirem de mudar suas relações dentro da sociedade” (SEN 2000, *apud* RENTE, 2006, p. 125).

Esse trabalho tem como objetivo geral compartilhar as lições aprendidas durante a construção do projeto (comunitário) *Realidade: soberania alimentar, extrativismo e inclusão produtiva em três assentamentos rurais em Mambai-GO*. Para tanto, o trabalho busca descrever as etapas de construção desta peça técnica, analisar erros e acertos, interesses e responsabilidades assumidas pelos atores e tecer recomendações para futuros projetos na região. Procura-se ainda estimular a construção e gestão de uma ciência conectada à realidade e necessidade das pessoas, que valorize seus saberes e estimule o processo criativo e crítico da sociedade em geral, a começar pelo estudante universitário.

A construção do Projeto *Realidade* se deu através de metodologias participativas, buscando conhecer e dialogar com a comunidade dos três assentamentos. A realização de canteiros experimentais de Sistemas Agroflorestais (SAFs) foi uma estratégia utilizada para buscar conciliar produção e conservação, ressaltando alguns princípios de funcionamento da natureza que podem ser integrados em sistemas produtivos e, com isso, minimizar os impactos da produção agrícola e proporcionar o aumento da saúde do solo, trazendo mais qualidade e quantidade de vida a esses locais (GÖTSCH, 1995).

Ressalta-se ainda que de acordo com a proposta do Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso de Ciências Ambientais da Universidade de Brasília (UnB, 2009) o trabalho de conclusão de curso idealizado deve ser sintetizado na matéria Trabalho Interdisciplinar Integrado Final. Essa disciplina foi posta como uma maneira da Universidade alcançar a “integração com a comunidade na forma de extensão universitária” e, somada às matérias de Trabalho Interdisciplinar Integrado 1 e 2, completa os 10% de matérias obrigatórias destinadas a extensão. O TCC, portanto, no curso de Ciências Ambientais da UnB, é colocado como um instrumento importante de diálogo entre a universidade e a sociedade em geral.

Com essa lógica é que as atividades apresentadas neste trabalho buscam,

sobremaneira, o estímulo ao pensamento crítico, à sensibilidade com os processos naturais, ao empoderamento dos agricultores assentados e ao modelo de desenvolvimento que estamos vivendo e projetando. Apresentam-se ainda elementos para se discutir o papel da Universidade na sociedade e o modelo de conhecimento fomentado por esta, acreditando que seja essencial buscar valorizar, reconhecer e dialogar com as formas de manejo e cultivo tradicional de agroecossistemas realizado por agricultores familiares.

No capítulo 1 é feita uma revisão bibliográfica com a intenção de apresentar argumentos sobre a estratégia de conservação ambiental baseado no fortalecimento da agricultura familiar com enfoque agroecológico. Discute-se sobre o processo de marginalização da agricultura familiar no Brasil, com o entendimento de que compreender o processo histórico da questão agrária brasileira é essencial para conseguir atuar de maneira mais acertada com a agricultura familiar, em especial em assentamentos de reforma agrária.

O capítulo 2 é destinado a apresentar os projetos de assentamentos (PAs) envolvidos com o trabalho e o processo de aproximação da Universidade com estes locais. Primeiramente apresentam-se aspectos socioeconômicos e geográficos, pontuando conflitos identificados que já ocorreram nos PAs e as práticas extrativistas da região. Compreendendo a importância do programa de extensão universitária *Promoção do uso do Cerrado em pé no Nordeste de Goiás* para a construção desse trabalho, o tópico seguinte apresenta uma memória descritiva do programa no que tange à influência deste à construção do Projeto Realidade, apresentando também algumas reflexões e considerações sobre o programa.

O capítulo 3 apresenta o Projeto *Realidade: soberania alimentar, extrativismo e inclusão produtiva em três assentamentos rurais em Mambai-GO*, contemplado pelo edital do Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS), construído em conjunto com a comunidade dos PAs. A primeira parte do capítulo se dedica a explicar a origem e o caráter do PPP-ECOS, para em seguida apresentar como foi o processo de construção do Projeto Realidade, o papel da equipe universitária e a participação da comunidade na construção, descrevendo também o processo de escrita e consolidação de parcerias. O capítulo discute ainda as lições aprendidas com tal processo e apresenta o resumo do Projeto.

Nas considerações finais, discute-se sobre o resultado do processo de construção do Projeto Realidade, considerando os avanços, limites e potenciais encontrados nessa caminhada. Aponta-se pesquisas e ações necessárias para melhorar o desempenho do projeto, discutindo também o papel da Universidade, apresentando a importância da extensão e de processos de vivência na formação universitária. O Projeto *Realidade* segue como apêndice deste trabalho – com o entendimento de que tal projeto faz parte deste TCC.

Capítulo 1 – Revisão Bibliográfica

1.1 – Questões ambientais e desenvolvimento rural

Nas últimas décadas, os movimentos ambientalistas vêm se aproximando cada vez mais da formulação de estratégias para o desenvolvimento rural. No final dos anos 1980, modelos de agriculturas consideradas alternativas foram ganhando espaço, principalmente pelo contexto de debate mundial sobre “desenvolvimento sustentável” (CARMO *et al.*, 1995 *apud* Araújo, 2006). O debate sobre reforma agrária no Brasil vem incorporando de forma prioritária algumas questões ambientais, contudo, vem encontrando desafios para sair do discurso para a prática (FRANÇA e SPAROVEK, 2005; ARAÚJO, 2006; PICCOLOTTO e PICCIN, 2008).

A tensão entre interesses produtivos e questões ambientais é comumente identificada e discutida. No caso de assentamentos de reforma agrária, o estudo de Sparovek (2003), relevante aqui por calcular índices de qualidade ambiental em mais de 4 mil Projetos de Assentamentos no Brasil, constatou que as áreas de reforma agrária mais antigas tendiam a ter um índice menor de qualidade ambiental, principalmente pela intensificação da produção agrícola, sugerindo também que as práticas conservacionistas vem se fortalecendo e ajudando a frear a degradação ambiental. Com isso, pode-se observar, de uma maneira simplificada, o paradigma existente entre produção e conservação – onde a intensificação da produção é inversamente proporcional aos interesses conservacionistas.

É na contramão desse paradigma que as chamadas “agriculturas alternativas” (orgânica, biodinâmica, natural, biológica, ecológica, regenerativa, entre outras) vão se construindo. Reconhecidas por contrapor o modelo de agricultura imposto pela Revolução Verde¹, essas agriculturas alternativas protagonizam a preocupação de associar a produção agrícola com conservação ambiental, que ganharia mais destaque a partir da publicação do Relatório Brundtland², em 1987, e o conseqüente processo de popularização da expressão

¹ A Revolução Verde pode ser definida como uma campanha internacional com o objetivo de aumentar a produtividade agrícola com base na disseminação de tecnologias relacionadas ao uso de agrotóxicos, máquinas, fertilizantes químicos, sementes e matrizes melhoradas. (ARAÚJO, 2006; CARVALHO, 2007)

² “No início da década de 1980, a ONU retomou o debate das questões ambientais. Indicada pela entidade, a primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, chefiou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, para estudar o assunto. A comissão foi criada em 1983, após uma avaliação dos 10 anos da Conferência de Estocolmo, com o objetivo de promover audiências em todo o mundo e produzir um resultado formal das discussões. O documento final desses estudos chamou-se Nosso Futuro Comum ou Relatório Brundtland. Apresentado em 1987, propõe o desenvolvimento sustentável, que é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades” (CMMAD, 1988 *apud* MONTE, 2013).

“desenvolvimento sustentável” nos meios acadêmico, político e institucional, onde se destaca o fortalecimento da Agroecologia nessas esferas. (COSTABEBER, 1998).

É com essa abordagem agroecológica dos movimentos de agricultura alternativa que o meio rural tem sido privilegiado em algumas estratégias de conservação e direitos humanos no âmbito internacional. Destaca-se aqui o caso do *Small Grants Programme* (SGP), ou Programas de Pequenos Projetos Eossociais (PPP-ECOS), como é conhecido no Brasil. Nogueira (2005, p. 53) apresenta o fato da manutenção e permanência das comunidades rurais no campo constituírem “resistência a ações de maior impacto sobre o meio ambiente, como os grandes projetos de infra-estrutura, mineração e agropecuária”.

Esse fato pode ser exemplificado pela apropriação e priorização de pautas ambientalistas pelos movimentos sociais do campo (PICOLOTTO e PICCIN, 2008; BORSATTO e CARMO, 2013) e os casos de camponeses em resistência ao avanço do agronegócio latifundiário na luta pela manutenção de suas culturas e pela proteção ambiental – mesmo sem uma articulação direta com tais movimentos (PORTZ, 2010; YOUSSEF FILHO, 2013). Ainda sobre o papel desempenhado por agricultores na pauta da conservação ambiental, destaca-se a criação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), um movimento que tem agricultores familiares como protagonistas e que passou da “configuração de mobilizações anti-deslocamento para um movimento por conquistas de direitos da cidadania e por transformações na direção de uma nova concepção de desenvolvimento socio-ambiental e de uma nova matriz energética” (SCHERER-WARREN e REIS, 2007, p. 2).

Contudo, é comum verificar casos de assentamentos rurais fixados em locais ecologicamente frágeis, com incentivo ao desmatamento para garantia de crédito e outras ações do Estado para “modernizar” a agricultura no país. Nesse cenário, onde as pesquisas realizadas pela EMBRAPA e pelas universidades federais brasileiras são feitas principalmente para o aumento da produtividade (lucro) do agronegócio ligado ao mercado global (KINZO e GONTIJO, 1999 *apud* CARVALHO, 2007), as Organizações Não-Governamentais (ONGs) tiveram um papel fundamental e protagonista na incorporação da questão ambiental no desenvolvimento rural (DIAS, 2004; CULLEN *et al.*, 2005; OLIVEIRA, 2006).

Ressalta-se, entretanto, que está cada vez mais comum a aproximação entre instituições de ensino, pesquisa e extensão com organizações de agricultores em busca de melhorar os níveis de sustentabilidade dos agroecossistemas (ABA, 2007). Beduschi Filho (2003) conclui em seu estudo o poder das ações em rede envolvendo ONGs ambientalistas, organismos estatais de preservação ambiental, cooperativa de assentados, universidades e movimentos sociais para estabelecer novas formas de relacionamento das famílias de

agricultores assentadas com a natureza. Destaca-se ainda a criação e ampliação da quantidade de cursos técnicos em Agroecologia, programas de mestrados específicos para tratar desenvolvimento rural e meio ambiente e investimentos da EMBRAPA em pesquisas para cultivos agropecuários menos impactantes ambientalmente.

1.2 – O fortalecimento da agricultura familiar como estratégia para conservação ambiental

A agricultura hegemônica, constituída através de latifúndios, alta dependência de insumos, venenos e máquinas pesadas, apresenta sérias dificuldades de manter a qualidade ambiental, os recursos naturais, a segurança alimentar e a qualidade de vida (GLIESSMAN, 1990 *apud* PENEIREIRO, 1999; ALTIERI, 2010). No Cerrado, esse modelo de agricultura é um dos principais fatores de degradação ambiental, colocando em risco um bioma que está entre os 34 *hotspots*³ mundiais (DELLA GIUSTINA, 2013).

O fortalecimento da agricultura familiar é apresentada nesse trabalho como uma estratégia para a conservação ambiental e melhoria da qualidade de vida das pessoas no campo, considerando que este setor tem uma capacidade maior de desenvolver uma agricultura capaz harmonizar as atividades humanas com outros processos da natureza.

Esta qualidade de manejo de ecossistemas da agricultura familiar está intimamente ligada ao processo de construção da agricultura (anterior ao período de modernização), onde o conhecimento tradicional de cultivo agrícolas e/ou extrativistas são nitidamente mais dependentes dos processos ecológicos locais e dinâmicos do meio ambiente natural em que estão inseridos (MONTE, 2013). Altieri (2010) aponta, entre outros fatores, a capacidade da agricultura camponesa na adaptação às mudanças climáticas, conservação dos recursos naturais e produtividade agrícola.

Cazella *et. al.* (2009) apontam que é preciso visualizar a agricultura familiar para além da agricultura *stricto sensu* e passar a enxergar famílias rurais – indo além do recorte de unidades produtivas – considerado-as, em primeiro lugar, como unidades sociais que são e representam. Essa abordagem fortalece o conceito da multifuncionalidade da agricultura familiar quando os mesmos autores (2009) discutem que tal proposta, na realidade brasileira, precisa considerar especialmente quatro aspectos concomitantemente: i) a reprodução

³ Hotspots são regiões definidas em todo o mundo que apresentam taxa de endemismo e grau de ameaça elevados em relação a outras áreas do planeta (MITTERMEIER *et al.*, 2004 *apud* DELLA GIUSTINA, 2013)

socioeconômica das famílias rurais; ii) a promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade; iii) a manutenção do tecido social e cultural, e; iv) a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

Contudo, a “erosão cultural” gerada pela ação intensiva do Estado brasileiro para difusão de tecnologias agrárias, além de impactar negativamente na soberania alimentar⁴ das comunidades rurais, dificulta a capacidade de adaptação e resiliência destas. Esse processo pode ser visto como uma causa importante para a cultura de assistencialismo frequentemente encontrada nessas comunidades. O desprezo pelos conhecimentos locais, sua cultura e diferentes formas de cultivo – impulsionado pela lógica de entrega de “soluções” econômicas em um pacote de tecnologias – dificulta o processo de geração e manutenção dos conhecimentos dos camponeses.

(...) para o pequeno produtor, quando se questiona a tecnologia veiculada através da Revolução Verde, titulada de moderna, questiona-se também o tipo de relação que foi instituída frente ao saber do agricultor, pois conjuntamente com este, instalou-se a autoridade suprema do pesquisador e do extensionista; os técnicos é que possuíam a primeira e a última palavra, eram os que sabiam e que tinham a melhor saída para os agricultores (ALMEIDA, 1996 *apud* Dias, 2004, p. 102).

Necessita-se, portanto, de uma abordagem que consiga dialogar com as comunidades rurais, capaz de aproveitar e estimular os potenciais destas para aprimorar o desenvolvimento da sociedade. Nesse sentido, a Agroecologia é posta aqui como uma abordagem prática e teórica capaz de facilitar na lida com essa complexidade, onde a combinação de conhecimentos científicos com conhecimentos tradicionais pode ser visto como um fundamento desta abordagem.

A Agroecologia busca, a partir da observação dos ecossistemas naturais, do resgate do conhecimento tradicional e no conhecimento científico multidisciplinar, ferramentas para se avançar rumo à sustentabilidade de qualquer prática humana sobre os recursos naturais. Sugere-se que, se nos inspirarmos nos processos de vida da natureza para conduzir os sistemas antropogênicos, será possível a aquisição de recursos concomitantemente com a manutenção ou até restauração dos recursos naturais. (PENEIREIRO, 1999, p. 4-5)

⁴ Altieri (2010), define soberania alimentar como “o direito da cada nação ou região a manter e desenvolver sua capacidade de produzir colheitas de alimentos básicos com a diversidade de cultivos correspondente. O conceito emergente de soberania alimentar enfatiza o acesso dos agricultores à terra, às sementes e à água, enfocando a autonomia local, os mercados locais, os ciclos locais de consumo e de produção local, a soberania energética e tecnológica e as redes de agricultor a agricultor.”

Contudo, dado o cenário atual do capitalismo global sobre o funcionamento da sociedade, é necessário a formulação de estratégias capazes de fortalecer o embate frente ao avanço do agronegócio hegemônico, pois este consegue responder bem à lógica dominante do sistema financeiro e com isso consegue desarticular outras formas de organização e desenvolvimento que se contrapõe a ele. A Agroecologia se mostra como um campo de estudo relevante para o enfrentamento a esse modelo de produção baseado em *commodities* que tende a esgotar os recursos naturais, evidenciando a necessidade de participação social nesse processo, em especial dos camponeses. Buscando resumir a Agroecologia, Sevilla Guzmán e Gonzáles de Molina (1996, p. 160-161) apresentam uma ampla definição:

[...] la Agroecología pretende el manejo ecológico de los recursos naturales, para a través de un enfoque holístico y mediante la aplicación de una estrategia sistémica reconducir el curso alterado de la coevolución social y ecológica, mediante un control de las fuerzas productivas que frene selectivamente las formas degradantes y expoliadoras de producción y consumo. En tal estrategia juega un papel central la dimensión local como portadora de un potencial endógeno, que a través del conocimiento campesino permita la potenciación de la biodiversidad ecológica y sociocultural mediante el diseño de sistemas alternativos de agricultura sostenible.

É nesse mesmo sentido que Moreira (2003), com base no enfoque agroecológico, conclui que a sustentabilidade “não deve ser encarada como um conceito absoluto; pelo contrário, deve ser construída localmente pelos próprios atores sociais, estando, portanto, em sintonia com suas especificidades socio-culturais, ambientais e econômicas locais”. Sobre aspectos ambientais, Ellis e Porter-Bolland (2008) apresentam conclusões de diferentes estudos sobre a eficácia do fortalecimento de organizações e instituições de base comunitária como estratégia para fomentar políticas de conservação, que resultem no aumento da capacidade de construção de estratégias adaptativas, tomadas de decisões e atividades coletivas locais.

Dentro do campo de estudo de conservação ambiental algumas pesquisas vem mostrando as potencialidades (e também os desafios) da estratégia de conservação de base comunitária (PORTER-BOLLAND *et al.*, 2012; BALINT, 2006). Porter-Bolland *et alii* (2012) apresentam um estudo comparativo onde as florestas geridas por comunidades são tão (ou mais) eficazes na manutenção da cobertura florestal do que as áreas destinadas estritamente para preservação, em uma mesma região. Os autores apontam que reconhecer as necessidades sociais e econômicas da população local, bem como os direitos de posse da terra

e das capacidades locais, fazem parte de uma estratégia de conservação mais resistente e robusta do que cercar e isolar áreas para preservação.

Balint (2006) discute sobre formas de trazer resultados mais eficientes e eficazes em projetos de conservação de base comunitária e argumenta que para obterem-se melhores resultados é importante que os líderes dos projetos prestem mais atenção a quatro indicadores de desenvolvimento: direitos, capacidade, governança e receitas. Vale ressaltar que aspectos parecidos são apontados por Susanna Hecht (1999) ao tratar sobre o conceito de Agroecologia, onde este incorpora ideias relacionadas com o sistema de produção que ultrapassam a questão de produtividade e insere variáveis ecológicas, de justiça e de participação social. Balint (2006) aponta ainda a necessidade de se melhorar os meios de subsistência e o desenvolvimento socioeconômico local, evitando a geração de novos conflitos, como uma estratégia importante para atingir as metas de conservação. Discutindo sobre a necessidade de se trabalhar os problemas socioeconômicos para alcançar uma agricultura sustentável, Miguel Altieri (1999, p. 308) aponta:

Cuando se examinan los problemas que confrontan el desarrollo y la adopción de agroecosistemas sustentables, resulta imposible separar los problemas biológicos de la práctica de la agricultura «ecológica» de los problemas socioeconómicos, del crédito inadecuado, la tecnología, la educación, el apoyo político y el acceso al servicio público. Las complicaciones sociales y los prejuicios políticos más que los problemas técnicos, son probablemente las mayores barreras para cualquier transición desde sistemas productivos de gran capital/energía a sistemas agrícolas consumidores de poca energía y de una intensa mano de obra.

Contudo, para além do desenvolvimento social e econômico, salienta-se aqui a existência de um consenso na literatura (cf. PORTER-BOLLAND *et al.*, 2012) da necessidade de políticas complementares entre os modelos de Proteção Integral e de Uso Sustentável das unidades de conservação. É preciso, portanto, conhecer melhor os limites e potencialidades de cada estratégia.

1.3 – Desafios e potencialidades de uma Área de Proteção Ambiental

Como apresentado, a comunidade envolvida com o Projeto Realidade se encontra dentro de uma Área de Proteção Ambiental (APA), uma Unidade de Conservação do tipo Uso Sustentável. Rente (2006) aponta como resultado do seu estudo que as APAs podem ser vistas

como “meios de viabilizar a relação sociedade-natureza a partir de um processo de participação democrático em que os principais atores envolvidos estejam de acordo e estimulados a usarem as mesmas [APAs] na busca do desenvolvimento.” Contudo, é preciso considerar o que Fritjof Capra (2006) chama de crise de percepção da nossa sociedade, que é a dificuldade que temos na atualidade de analisarmos os problemas com uma abordagem sistêmica, estando acostumados a procurar entendê-los de forma fragmentada. Cercar uma área e tentar isolar as ações humanas desta pode ser mais prático e fácil do que procurar envolver diversos atores na construção de um espaço de convivência e interação humana. Este desafio leva ao fato das APAs serem apontadas como uma das categorias de UCs com maiores dificuldades de gestão (MEDEIROS e ARAÚJO, 2011), pois exige processos participativos eficientes para ter seus objetivos incorporados pela sociedade. Nogueira e Salgado (2011, p. 1) colocam a necessidade dos gestores de APAs apresentarem criatividade e eficácia em sua gestão:

Criatividade no sentido de estabelecimento de planos de manejo que permitam a exploração socioeconômica da área, sem sacrifício significativo da diversidade biológica que se busca proteger. O agente econômico precisa ser sensibilizado, motivado, estimulado e, muitas vezes, controlado na busca de atividades econômicas que lhe permitam crescimento da renda e do bem-estar, sem destruição da fauna e da flora locais. A diversidade biológica não será isolada da influência humana adversa, como é padrão nas “unidades de proteção integral”, mas conviverá diuturnamente com um poderoso predador, o ser humano. A eficácia do gestor ambiental, no caso de uma APA, dependerá de sua capacidade de criar, implementar e gerir projetos, programas e políticas ambientais, não apenas do seu poder de polícia, de coerção, de proibição.

Há, portanto, a necessidade de utilizar estratégias claras e eficazes de participação social para garantir os objetivos de uma APA. Os Conselhos Gestores são hoje os principais instrumentos para buscar essa participação, mas apresentam sérios problemas de funcionamento. Macedo (2008) estuda esse processo participativo e identifica algumas causas dessa dificuldade, onde se destaca aqui: a cultura política da população, marcada pelo baixo índice de organização e representação, pelo clientelismo, pelo comodismo; e a pouca experiência de implantação de processos participativos, os quais demandam, necessariamente, um histórico de acertos e erros.

Portanto, o fortalecimento da agricultura familiar, com base na abordagem agroecológica aqui apresentada, pode se mostrar uma importante estratégia para dar qualidade a esses processos participativos de gestão de UCs. E para além de uma gestão formal, o envolvimento construído a partir interesses e necessidades dos agricultores traz uma maior capacidade de adaptação e resistência às pressões externas referentes à degradação ambiental,

onde aumentar a qualidade de vida dessas pessoas necessita ser um objetivo da APA. Contudo, para traçarmos uma estratégia nesse sentido, condizente com a realidade do país, é necessário compreender o Brasil rural – que possui uma marca histórica de apoio à agricultura em latifúndios e de desvalorização da agricultura realizada em propriedades menores.

1.4 – A marginalização da agricultura familiar no Brasil

A questão agrária no Brasil é um tema essencial para compreender o processo histórico e a situação atual do desenvolvimento do país (FURTADO, 1989 *apud* BUAINAIN; PIRES, 2005). A política de capitâneas hereditárias e o sistema de sesmarias podem ser vistos como a origem da concentração de terras por aqui – base para o latifúndio e monocultura. Histórica e majoritariamente a agricultura brasileira sempre esteve voltada para exportação.

No Brasil, a grande propriedade, dominante em toda a sua história, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Nesse contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção. (WANDERLEY, 2001, p. 36-37, *apud* MENDES, 2005, p. 50)

A distribuição de terras, fator notoriamente realizado nos principais países desenvolvidos (VEIGA, 2007), no Brasil se limita a um programa de *colonização* de terras no Cerrado e na Amazônia (SABOURIN, 2008), em uma lógica de ocupação do território – normalmente realizada em terras devolutas ou longe de centros urbanos. Com a modernização da agricultura (anos 1970-1980) a lógica dominante das políticas agrícolas brasileiras se mantém fundamentadas sobre a posse da terra e produção de *commodities*.

É somente com muita luta e organização social que a pauta da reforma agrária começa a avançar de forma nítida no país, em meados dos anos 1980. É nessa época que surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ocorre a reestruturação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) é fortalecida pela Igreja, além do surgimento de várias organizações não-governamentais em apoio à causa da reforma agrária (DELGADO, 2005 *apud* ARAÚJO, 2006).

Apesar de haver na literatura discordâncias sobre a necessidade e a importância de uma reforma agrária no Brasil (MIRALHA, 2006; SABOURIN, 2008), pode-se dizer que há o consenso sobre a falência do modelo de reforma agrária pautado apenas na divisão de terras improdutivas entre camponeses empobrecidos financeiramente. Diversos estudos discutem sobre a ineficácia do governo brasileiro em garantir qualidade de vida para a população do campo (BITTENCOURT *et al.*, 1999; SPAROVEK, 2003).

O processo de modernização agrícola não conseguiu cumprir sua promessa de acabar com a fome mundial e muito menos reduzir a desigualdade social. Ademais, trouxe significativas mazelas ao meio ambiente. A chamada “Revolução Verde” ocorre no Brasil junto ao período de modernização agrícola nacional, aumentando exponencialmente a quantidade de insumos agrícolas na agricultura. Com isso, o processo de produzir ficou cada vez mais dependente de elementos externos, promovendo a transferência setorial da renda do setor agrícola para o setor não agrícola (MENDES, 2005). Essa redução da renda agrícola, somada a dificuldade de utilização, acesso e, em certos casos, incompatibilidade das novas tecnologias de produção marginalizou ainda mais a agricultura familiar na maior parte do território brasileiro, ocasionando, entre outras consequências, êxodo rural (FERNANDES *et al.*, 2012). Sobre as consequências da Revolução Verde, Carvalho (2007, p. 14) faz a seguinte síntese:

Dentre as consequências sociais e ambientais geradas, podemos citar: a poluição, a degradação e a erosão dos solos; a poluição e a redução da disponibilidade dos corpos d’água; a redução da agrobiodiversidade, por meio da homogeneização das variedades de cultivos e desvalorização das variedades crioulas; a perda de biodiversidade, principalmente pelos desmatamentos e modificação drástica dos habitats naturais; a redução dos postos de trabalho no campo e expulsão de comunidades locais de seus territórios; a desvalorização do patrimônio cultural rural, levando à perda de tradições e conhecimentos; a concentração fundiária e de renda; e a exclusão e violência no meio rural (Alho e Martins, 1995; ASH/AIDE, 2006; Bickel, 2004; CMMAD, 1988; Duarte, 1998; MMA/SBF, 2002; Reijntjes *et al.*, 1999; Sauer, 1998; Veiga, 2002; WRI, 1992).

A difusão dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde, no Brasil, ocorreu com total apoio do Estado (DIAS, 2004; ARAUJO, 2006; FERNANDES *et al.*, 2012). Esse fato legitimou a marginalização da pequena escala de produção, pois o governo priorizou os grandes e médios proprietários de terra, “mais próximas à racionalidade empresarial das monoculturas, dependentes do uso intensivo de fatores modernos de produção, de áreas férteis

mais extensas e de contínua assistência técnica” (DIAS, 2004). Esse processo se deu, portanto, na busca de um crescimento econômico e da consolidação de um modelo de sociedade urbana e industrial.

Ao se tratar de qualquer assunto relacionado à questão agrária, portanto, é importante considerar o processo histórico de exclusão e marginalização da agricultura familiar em detrimento de uma agricultura patronal focada em *commodities*, na monocultura e no latifúndio. Quanto ao desenvolvimento de comunidade rurais, o contexto descrito nesta revisão justifica parte da pouca organização política, do baixo acesso a educação e de uma determinada invisibilidade social de algumas comunidades. Além disso, o principal modelo de desenvolvimento rural da nossa sociedade vem causando de forma acelerada depredação dos recursos naturais e dos ecossistemas. Esses aspectos precisam ser revertidos para alavancar um desenvolvimento mais justo e duradouro no campo.

Capítulo 2 – Construindo uma relação: Universidade e Assentamentos

2.1 – Apresentação dos assentamentos⁵

Os Projetos de Assentamentos rurais (PAs) chamados Capim-de-cheiro, Paraná e Mambaí fazem parte do município de Mambaí-GO, no nordeste do estado, e estão próximos da divisa de Goiás com a Bahia. A região é abrangida pelo bioma Cerrado e os assentamentos estão dentro de uma unidade de conservação federal, a Área de Proteção Ambiental Nascentes do Rio Vermelho (APA-NRV) (figura 1). Como muitos assentamentos brasileiros, estes apresentam condições ruins da estrada de acesso, baixa capacidade de organização política dos assentados, pouco apoio institucional, lotes abandonados, degradação ambiental, baixa renda e, até 2015, falta de assistência técnica. O município de Mambaí-GO está entre os menores IDH do estado, com 0,626, enquanto a média de GO está em 0,735 (PNUD, 2010), se encontrando dentro do Território da Cidadania Vão do Paranã – GO



Figura 1: Mapa da região. Em amarelo o limite da APA Nascentes do Rio Vermelho e, no centro esquerdo, a rodovia GO-108. Em azul, o limite entre GO e BA. Em branco, o limite dos Projetos de Assentamentos Paraná, Mambaí e Capim-de-cheiro. Fonte: Google Earth™ (2015)

O processo de reforma agrária na região se iniciou há aproximadamente 20 anos.

⁵ Essa apresentação tem como base a experiência e os documentos gerados a partir do programa de extensão *Promoção do uso do Cerrado em pé no Nordeste de Goiás*, descrito no próximo tópico.

Segundo o INCRA (2009), os três assentamentos têm a capacidade de abrigar quase de 150 famílias. Contudo, observa-se que a maioria dos lotes estão abandonados e, das famílias que ainda vivem nos assentamentos, muitos estão desde o início do processo. Não foram contabilizadas quantas famílias ainda vivem no assentamento, entre outros fatores, devido ao conflito que este assunto traz, pois a morar na parcela é uma obrigação comumente negligenciada em PAs pouco assistidos e, sendo o primeiro ano de contato da Universidade com os PAs, preferiu-se não fazer uma pesquisa investigativa nesse âmbito.

As fortes secas e o solo arenoso com baixa fertilidade e alta susceptibilidade a erosão e lixiviação de nutrientes são características marcantes da região. Dessa forma, as principais áreas de produção agrícola são nas margens dos rios onde a forma de cultivo predominante é a de derrubada e queima da vegetação nativa. Porém, com a criação da APA-NRV, a fiscalização ambiental começou a ser mais rigorosa, gerando multas para diversos assentados por desmatarem as beiras dos rios, áreas legalmente definidas como Área de Proteção Permanente (APP). Destaca-se também o histórico de desmatamento na região por carvoarias, atuantes desde antes da existência dos assentamentos.

Atualmente poucos agricultores comercializam sua produção agrícola, sendo que o foco desta é para consumo próprio, trocas e doações para os vizinhos (figuras 5, 6, 7 e 8). Os assentados foram, no passado, contemplados pelo Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA), mas sem assistência técnica qualificada e sem a presença marcante do Estado, em um contexto de reforma agrária pautada na divisão de terras com pouca fertilidade, longe de centros urbanos e feita para camponeses empobrecidos financeiramente, esse financiamento acabou gerando dívidas aos assentados – que até hoje não foram pagas. Oito, das dezoito famílias entrevistadas possuem renda advinda de aposentadoria. Sete famílias declararam receber para fazer algum trabalho nas parcelas vizinhas, que normalmente são de pessoas que não moram no assentamento. As políticas assistenciais do governo, como o Bolsa Família e o Bolsa Escola, representam um valor significativo na renda total dessas famílias. Poucos jovens, após concluírem os estudos, permanecem no assentamento.

A região possui grandes remanescentes de Cerrado e apresenta populações significativas de espécies para fins extrativistas. Destas, as mais utilizadas são o buriti (*Mauritia flexuosa*) (as diversas partes), o pequi (*Caryocar brasiliense*) (os frutos) e o cascudo, também chamado de araticum (*Annona spp.*) (os frutos) (figuras 2, 3 e 4). A prática extrativista é, portanto, comum na comunidade, onde comumente o pequi é despulpado e comercializado em garrafas *pets*, do buriti são feitas as chamadas “bolas”, com a polpa dos frutos, e com a palha fazem esteiras, que também são vendidas em pequena escala. Contudo,

não há uma organização dos extrativistas para a comercialização destes produtos, ficando sempre sujeitos às estratégias e preços de atravessadores que aparecem na região. Percebe-se também que as práticas extrativistas vem diminuindo nos últimos anos, principalmente devido ao pouco retorno financeiro dessas atividades.

Essa falta de organização para fins comerciais é um sintoma do tecido social enfraquecido que a comunidade apresenta. As associações estão enfraquecidas por tentativas frustradas de comercialização e organização no período do PROCERA, estando atualmente inativas e/ou endividadas, com poucos assentados atuantes. Soma-se a isso o fato dos projetos que ocorrem na região para (e não pela) a comunidade comumente atropelam as impressões, os saberes e a vontade dos assentados, estimulando uma cultura assistencialista. Percebe-se ainda um baixo nível de confiança e união entre alguns agricultores, tendo como principal motivo o ressentimento pelo fracasso de tentativas anteriores de organização coletiva.



*Figura 3: Extrativista despolpando pequi (*Caryocar brasiliense*).*



*Figura 4: Estudante (Yumi) feliz com a coleta de araticum (*Annona sp.*) no assentamento Capim-de-cheiro.*



*Figura 2: Preparação de esteira feita com palha de buriti (*Mauritia flexuosa*).*



*Figura 5: Produção de bananas (*Musa spp.*) na parcela do seu Abel (Capim-de-Cheiro)*



*Figura 6: Plantação de arroz (*Oryza sp.*) na parcela da família do seu Joaquim e da dona Aparecida*



*'Figura 7: Estoque de alho (*Allium sativum*) colhido da dona Ana e do seu Marcolino*



Figura 8: Horta da casa da dona Rosa e seu Djalma

Em 2015 foi contratada pelo INCRA uma cooperativa para prestar assistência técnica nos assentamentos em Mambaí. Esse cenário vem animando alguns moradores, principalmente pelo fato do INCRA estar mais próximo e exigir mais a presença dos assentados nas parcelas, com o risco de entregar parcelas abandonadas para novas pessoas.

Nota-se nesses assentamentos, contudo, um quadro bastante comum entre o restante dos assentamentos rurais do Brasil: falta de escolas, de abastecimento de água, de tratamento de esgoto, de atendimento de saúde e de transporte (Sparovek, 2003). Ainda no âmbito nacional, as considerações apresentadas no estudo feito por Bittencourt *et al.* (1999) continuam atuais (mesmo 16 anos após sua publicação!) para os assentamentos aqui apresentados, e resume grande parte dos desafios lá encontrados.

Os principais fatores que atuaram negativamente no desenvolvimento dos sistemas produtivos, foram: as limitantes condições do quadro natural; a falta e/ou péssima condição das estradas internas e de acesso aos assentamentos, dificultando ou impedindo o escoamento da produção e a relação com os mercados locais, a falta ou ineficiência da assistência técnica e; a quase total inexistência de organização produtiva dos assentados. O nível de qualidade de vida também foi afetado (de forma negativa) pela baixa capacidade de organização política dos assentados e pouco apoio institucional que estes assentamentos receberam. (BITTENCOURT *et al.*, 1999, p. 61)

Ainda assim, muitas famílias acreditam no sonho de ter uma vida melhor no meio rural, preferindo a vida no campo à na cidade. Quanto a esta preferência, alegam principalmente o sossego, o contato com a natureza e a possibilidade de ter uma mesa farta mesmo sem dinheiro no bolso.

2.2 O Programa de Extensão Promoção do uso do Cerrado em pé no Nordeste de Goiás⁶

Nesse tópico será apresentada a contribuição das etapas do referido programa para a construção de um novo projeto de base comunitária, desenvolvendo uma relação diferenciada entre os atores envolvidos. O Projeto *Realidade* nasce com uma confiança mais estabelecida entre a comunidade e os agentes externos a ela devido ao programa de extensão universitária que será aqui relatado, que também possibilitou a compreensão da realidade dos assentamentos de uma forma mais aprofundada por parte da equipe universitária. A

⁶ Para uma análise crítica do programa, sugerimos a leitura o artigo *A Extensão Universitária na construção coletiva da sustentabilidade em assentamentos rurais: o caso do Projeto de Extensão “Promovendo o Uso do Cerrado em Pé”*, sistematizado por Igor A. Aveline e outros membros do programa (2015).

comunidade, por sua vez, pôde compreender melhor a proposta de comunicação e intervenção da equipe e avançar em seu próprio processo organizativo.

O programa de extensão *Promoção do uso do Cerrado em pé no Nordeste de Goiás* foi um programa contemplado pelo edital do Programa de Extensão Universitária (ProExt) 2014. Os editais do ProExt são coordenados pelo Ministério da Educação (MEC) e apoiam projetos e programas de extensão universitária que possuam “ênfase na formação dos alunos e na inclusão social nas suas mais diversas dimensões, visando aprofundar ações políticas que venham fortalecer a institucionalização da extensão” (MEC, 2013). O mesmo edital, em seu item 1.2.3 (p. 2), define como **programa**:

conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, de caráter multidisciplinar e integrado a atividades de pesquisa e de ensino. Tem caráter orgânico-institucional, integração no território e/ou grupos populacionais, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo por alunos orientados por um ou mais professores da instituição.

Nesse sentido, o programa de extensão *Promoção do uso do Cerrado em pé no Nordeste de Goiás* (que será tratado aqui como ProExt Cerrado em pé) trabalho com assentamentos rurais localizados dentro da Área de Proteção Ambiental Nascentes do Rio Vermelho (APA-NRV) do Município de Mambaí – Goiás. Vale ressaltar que este Programa, aqui descrito, nasce a partir de uma demanda do ICMBio, na busca de trabalhar formas de desenvolvimento rural que garantam a conservação dos recursos naturais. O programa, então, apresentou os seguintes objetivos específicos em sua elaboração:

- a) fortalecer a capacidade de análise interdisciplinar de problemas socioambientais entre alunos da rede pública municipal de ensino médio de Mambaí, agricultores, gestores de unidades de conservação, alunos da UnB e professores;
- b) desenvolver Diagnóstico Rural Participativo (DRP) junto aos projetos de assentamentos (PAs) Cynthia Peter, Funil, São José, Capim de Cheiro, Mambaí e Paraná;
- c) identificar as diversas formas de uso da terra e suas potencialidades de geração de renda, assim como o balanço entre impactos e sinergias com as políticas de conservação;
- d) utilizar metodologias participativas na facilitação da busca comunitária por alternativas de desenvolvimento sustentável, em especial modelos de produção de alimentos adaptados às condições locais.

As atividades do ProExt Cerrado em pé estavam previstas para ocorrerem de janeiro a dezembro de 2014. A execução do programa foi realizada com uma parceria entre as

associações de produtores rurais de Mambáí-GO, o Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS-UnB), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Organização Não Governamental (ONG) Mutirão Agroflorestal, – que firmou a parceria durante a execução do programa.

Coordenado pelo professor Thomas Ludewigs, agrônomo com mestrado em Manejo de Recursos Naturais e doutor em Ciências Ambientais, a equipe do ProExt foi formada principalmente por estudantes do curso de graduação em Ciências Ambientais (quatro bolsistas e, em média, três voluntários), por estudantes do mestrado e doutorado do CDS-UnB, pelo biólogo e gestor ambiental do ICMBio Eduardo Barroso e pela Fabiana Peneireiro, agrônoma, mestre em Ciências Florestais e doutora em Educação. A equipe contou ainda com a participação pontual, porém relevante, de estudantes intercambistas de Ciências Ambientais (vindo da Alemanha e do México), da professora da UnB Mônica Nogueira, antropóloga, mestre em Desenvolvimento Sustentável e doutora em Antropologia Social e do professor, também da UnB, Rudi Els, graduado em Engenharia Elétrica e doutor em Desenvolvimento Sustentável.

A atuação durante o programa dos professores, estudantes e demais parceiros foi pautada no entendimento da necessidade de estabelecer uma relação de *comunicação* com as comunidades envolvidas, no sentido que Paulo Freire (1983) dá ao termo. Com isso, os sujeitos locais envolvidos foram sempre vistos como agentes históricos ativos, e não como simples objetos de estudo. A necessidade de esses atores serem os protagonistas na construção de alternativas de acordo com os seus próprios interesses foi trabalhada transversalmente em todas as etapas do programa. (AVELINE *et al.*, 2015)

A delimitação do espaço de atuação enquanto Universidade sempre foi uma preocupação frequente nas atividades de planejamento e atuação do ProExt Cerrado em pé, ou seja: conseguir deixar claro aquilo que não poderíamos fazer como Universidade. Esse aspecto foi trabalhado em diversas situações durante o Programa. O oposto, explicar as nossas intenções e objetivos, também demandou atenção e cuidado. A proposta, como explicado anteriormente, era conhecer a realidade da comunidade e de seus atores, para então saber onde contribuir, enquanto Universidade, para um desenvolvimento que mantivesse o Cerrado em pé. Ressalta-se, contudo, que o ProExt foi constituído tendo ICMBio como parceiro, onde a demanda para tratar de SAFs com os agricultores já existia por parte do órgão, como estratégia de amenizar os conflitos e alavancar o desenvolvimento das comunidades.

O processo de atuar em conjunto com uma comunidade é delicado e gera expectativas, principalmente em se tratando de comunidades carentes. Por isso, além de pontuar o que a

equipe do ProExt não poderia fazer, foi importante discutir algumas possibilidades imediatas de retorno, como as análises de fertilidade dos solos e algumas demandas comunitárias mais claras em que os membros da equipe poderiam atuar, graças às experiências dos participantes do programa em organização comunitária e sistemas de produção agrícola.

O programa foi realizado em quatro etapas que foram sendo construídas e adaptadas ao longo de sua execução. São elas: i) Diagnóstico Rural Participativo (DRP); ii) Devolutiva do diagnóstico e planejamento participativo; iii) Oficinas de organização comunitária; iv) Oficinas de Sistemas Agroflorestais (SAFs).

Etapa i) Diagnóstico Rural Participativo (DRP)

Essa etapa foi o primeiro contato que a maioria dos estudantes teve com as comunidades do programa Cerrado em Pé. O DRP foi feito em seis assentamentos rurais do município de Mambaí. São eles: Cynthia Peter, Funil, São José, Capim de Cheiro, Mambaí e Paraná. Foram feitas 29 entrevistas semiestruturadas, e em cada parcela visitada, um mapa participativo e uma caminhada transversal. As atividades dessa etapa buscaram aprimorar o conhecimento nos seguintes tópicos: i) histórico da família e aspectos gerais: origem da família; relação com a terra; aspectos geracionais; histórico de conflitos; ii) renda; iii) crédito agrícola e associativismo: histórico e situação de acesso a créditos rurais; situação da associação representante e envolvimento com esta; iv) percepções sociais: identificação do capital social presente; v) descrição do lote: identificar as formas e o histórico de uso do solo; principais culturas cultivadas; acesso à água; adequação as normas de APP e reserva legal.

Esta etapa contou também com análises de solos das parcelas visitadas. A escolha dos locais de coleta foi feita a partir do histórico de uso dos solos e do interesse da pessoa entrevistada. A análise foi realizada no laboratório de solos da Faculdade de Agronomia (FAV/UnB) por estudantes da equipe do programa, sob orientação do técnico e do professor responsável pelo laboratório. Os parâmetros analisados foram: macronutrientes, Al^{+3} , pH e teor de matéria orgânica. Foram calculados ainda o V% (concentração de bases por CTC) e m % (porcentagem de Al na CTC) para verificar o nível de fertilidade química dos solos.

A escolha dos lotes visitados foi feita com base nas entrevistas com os presidentes das associações, em conversas com funcionários do ICMBio e em observações de campo, levando em conta a posição geográfica das parcelas, o uso do solo, a produção agrícola, os meios de renda e o envolvimento com a associação. Em alguns casos, contamos ainda com o auxílio de estudantes do ensino médio e fundamental para nos guiar nos assentamentos. Buscou-se, dessa forma, abranger as diferentes realidades em cada assentamento visitado, inclusive das

famílias que atualmente são, de certa forma, excluídas dos processos comunitários. Dos assentamentos Paraná, Mambai e Capim-de-cheiro, que são os assentamentos que constituem o Projeto *Realidade*, foram entrevistadas 18 famílias. Os três PAs, em dados oficiais do INCRA (2009), possuem 146 famílias assentadas. Contudo, a realidade vista em campo mostrou que a maioria dos lotes se encontram abandonados. Como já foi dito, não foi feita uma análise quantitativa das famílias que ainda residem nos PAs.

Etapa ii) Devolutiva do diagnóstico e planejamento participativo

Os dados sistematizados do DRP foram então apresentados à comunidade ressaltando as “fortalezas” e as “fraquezas” percebidas pela equipe universitária. A proposta não era dizer para as comunidades o que elas mesmas eram. O cuidado que tomamos nessa parte foi de deixar claro que essas eram as impressões que ficaram da visita anterior e que a devolutiva, de certa forma, era uma avaliação da nossa percepção, se o que estávamos enxergando fazia sentido para as comunidades ou não. Além disso, foi uma oportunidade de mostrar como estávamos utilizando os dados coletados. Algumas questões foram mais exploradas para completarmos o diagnóstico, como a venda de mão de obra para fora da propriedade, a comercialização de produtos agrícolas e extrativistas e a questão de acesso a créditos, por exemplo. Os temas foram reunidos em três grupos para facilitar a apresentação:

- i) questão socioeconômica - visão sobre a composição familiar e a vida econômica local, ressaltando aspectos como subsistência e mão de obra; composição da renda; questões de crédito rural; e organização comunitária;
- ii) questões agrárias e ambientais - discussão de paisagem através de fotos da área de produção, do cerrado e do rio, discutindo a diversidade dos ambientes; vulnerabilidade dos solos (erosão e a questão de matéria orgânica); principais culturas agrícolas da região;
- iii) solos - introdução sobre saúde e composição do solo; o solo na visão agroecológica; entrega e discussão dos resultados de amostra de solos.

Na apresentação deste último tema, que estava sendo ansiosamente aguardado pelos agricultores, foi feita uma apresentação pautada no que é um solo fértil, para então podermos entregar os resultados das análises de solo. Essa explicação não foi pautada exclusivamente nos aspectos físico-químicos do solo, e sim discutindo-se que para um solo ser e se manter fértil existem, basicamente, duas maneiras: com a constante introdução de insumos externos ou com a presença de diferentes formas de vida agindo no ambiente. Foi nessa parte que ocorreu a discussão sobre o efeito do fogo no solo, o processo de lixiviação e de ciclagem dos nutrientes.

Vale ressaltar que essa foi a primeira vez que a equipe universitária se reuniu com os membros das comunidades, permitindo sentir e visualizar a atuação destes quando estão em coletivo.

Após a devolutiva do DRP foi feito um planejamento, com a proposta de definir as próximas ações do programa. A utilização de metodologias participativas, em especial o método FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) e o Carrossel⁷, possibilitaram um amplo envolvimento dos presentes. Foram nessas atividades que apareceram algumas demandas por parte dos agricultores, como a necessidade de experimentar um novo sistema de produção agrícola, trabalhar com cobertura de solo, trabalhar em mutirão, etc. Foi a primeira vez que a questão do artesanato apareceu, como uma estratégia de incremento de renda, já que algumas mulheres já possuíam o domínio de certas técnicas. Várias outras demandas deixaram claro a necessidade de uma união entre os agricultores, que apontaram a dificuldade de se articularem. Os assentados apontaram constantemente a necessidade de se unirem. As crianças também participaram dessa atividade, fazendo um desenho da comunidade em um papel pardo, acrescentando o que gostariam que tivesse e o que gostam de fazer, “estimulando uma visão de futuro e o debate sobre desejos e necessidades comunitárias”, como coloca Aveline *et al.* (2015, p. 10).

Ao final, com base no que foi sentido e discutido, lançamos uma proposta de fazermos, em uma próxima visita, uma oficina de organização comunitária e uma de sistemas agroflorestais para quem estivesse interessado. A dificuldade de organização política e social da comunidade, junto ao interesse desta em conhecer mais sobre agroflorestas acabaram sendo bases da justificativa e das ações do Projeto Realidade. Mas nessa época, ninguém pensava ainda em PPP-ECOS.

Etapa iii) Oficina de organização comunitária

Um dos principais desafios apontados pelos próprios assentados, nas etapas anteriores, foi a dificuldade de organização da própria comunidade. Nesse sentido, foi preparado uma saída a campo para estimular e potencializar a organização das pessoas envolvidas. Com base nos sonhos e desafios levantados na etapa anterior, a oficina de organização comunitária teve como meta a elaboração de um quadro para facilitar a construção de um projeto da comunidade, discutindo-se inclusive o que é um projeto, de

⁷ A metodologia Carrossel consiste em fazer discussões sobre temas específico onde os participantes trocam, a cada rodada, de grupos e de linhas temáticas. No caso da experiência aqui relatada, buscou-se discutir as causas e possíveis soluções para as seguintes questões: falta de acesso à água; terra fraca e baixa produção; infraestruturas (ausência de escola, posto de saúde, transporte...); e baixa renda.

forma ampla, e qual a importância de se planejar as ações. A oficina possibilitou também o aprofundamento na história dos assentamentos. O histórico da comunidade foi debatido em dois grupos diferentes. Ao final da dinâmica, um porta-vós de cada grupo apresentou resumidamente o que foi conversado em seu grupo. Ainda na perspectiva de compreender como a comunidade se vê e de debater a realidade do lugar, foi feito um mapa participativo com todos os presentes, em um papel pardo. De modo geral, os adultos iam dizendo e as crianças desenhavam, mas eventualmente os adultos também se agachavam para desenhar algo que eles consideravam importante (figura 9).



Figura 9: Construção do mapa participativo com comunidade.

Após esse reconhecimento da história, dos recursos e da organização da comunidade, foi preciso encontrar algo (um desafio) que unisse os interesses da comunidade, para então construir um projeto coletivo. Foi feita então uma dinâmica para priorizar um desafio atual da comunidade, algo que todos quisessem superar e estivessem dispostos a se unir para isso. A ideia é que existem vários gargalos e demandas comunitárias, mas para se organizar é preciso focar em algum desafio específico para pensar em como resolvê-lo, escolher um caminho a trilhar, desenvolvendo as estratégias pensando no passo a passo do caminho. Ou seja: construir um projeto.

Os principais desafios identificados e discutidos foram: falta d'água; baixa renda; infraestrutura (escola, posto de saúde, transporte); e terra fraca. A dinâmica utilizada para

chegar ao desafio prioritário foi por meio de votação. Cada participante da comunidade tinha duas pedrinhas para distribuir como preferir entre os quatro desafios postos. Das vinte pedrinhas, dezesseis foram postas em “terra fraca”, três em infra-estrutura e uma em baixa renda. Com base nisso, as pessoas foram divididas em dois grupos para discutir estratégias de como enfrentar o desafio mais votado (terra fraca). Trabalhar com a vida no solo e plantar agroflorestas em mutirão foram os destaques das estratégias levantadas. Neste ponto, fica evidente a influência em atividades anteriores a esta, em especial na devolutiva do diagnóstico, onde o assunto referente à saúde do solo foi discutido junto aos agricultores.

Após a apresentação dos dois grupos, buscou-se um consenso para sistematizar a estratégia coletiva. Como resultado, a solução apresentada foi: experimentar novas técnicas agrícolas em mutirão.



Figura 10: Apresentação dos agricultores buscando sistematizar uma solução para trabalhar com o problema levantado: a "terra fraca".

Com esses elementos disponíveis, o desafio priorizado e a estratégia apontada, foi desenvolvido um quadro contendo as atividades necessárias para atingir o objetivo escolhido – identificando os agentes (internos e externos à comunidade), os recursos (internos e externos) e os prazos necessários (tabela 1). Essa atividade se deu com o intuito de facilitar a organização da comunidade e ressaltar de onde vem cada elemento, mostrando inclusive o potencial interno de ação da comunidade.

Como havia o recurso financeiro do ProExt, a universidade pode assumir a responsabilidade de conseguir algumas sementes, mudas de espécies frutíferas e insumos agrícolas, como pó de rocha e esterco. Foi assumido também o compromisso de se fazer uma oficina de SAF para troca de experiências. A comunidade ficou responsável por mobilizar as pessoas, conseguir ferramentas, manivas de mandioca, mudas de abacaxi e outras sementes e mudas que estivessem disponíveis até a data da próxima oficina.

Problema:		Terra fraca			
Solução:		Experimentar novas técnicas em mutirão.			
Atividades	Recursos Próprios	Recursos Externos	Quem?	Quando?	Observações
Formar grupos de 4 vizinhos (mutirões)	Interesse; Café, bolacha, galinhada; Capacidade de organização	-	Grupos de vizinhos	Outubro	
Coletar sementes e produzir mudas	Sementes*, batata, abacaxi, mandioca, banana, capim napiê, magaba, iburana, feijão, estilossante, mucuna	Mudas de frutas exóticas. Sementes de milho e abóbora.	*	Outubro e novembro	* Sementes: Mutamba (½ L) – Antônio Alves Jatobá (1L) Mangaba (1L) – Antônio Urucum (½ L) – Luciene Estilosantes – Antônio Alves Capim (Napiê e Guatemala) Mucuna – UnB Crotalária – UnB Guandu – UnB Tabaco – UnB ** Mudas e outros: Ingá (100) Mandioca – Todo mundo Banana – Marcolino Abacaxi – Dona Rosa
Juntar matéria orgânica	Mão de obra	-	-	Dezembro	
Aprender novas técnicas de manejo do solo	Terra; interesse.	Conhecimento; apoio técnico	Equipe da UnB	2ª semana de dezembro	
Realizar plantios com boas técnicas para o solo	Enxada, carrinho de mão, facão, matéria orgânica	Esterco de gado ou galinha, pó de rocha, caminhão para o transporte do pó de rocha.			
Visitar as experiências (um do outro e fora)	Transporte (escola)	Transporte para visitas fora	Todos (comunidade + UnB)	2ª semana de dezembro	

Tabela 1: Quadro desenvolvido com a comunidade para planejar as oficinas agroflorestais

Essa oficina conseguiu então trabalhar com a valorização e com o reconhecimento dos recursos locais, aproximando a ideia de que os projetos podem ser feitos sem o auxílio de instituições externas à comunidade. De fato, foi nessa oficina que o protagonismo da comunidade começou a florescer, ainda arraigado ao discurso de dependência, principalmente de insumos e assistência técnica. Ao final, decidimos dar um nome para o nosso pequeno projeto. Luciana, do Assentamento Mambaí, após o silêncio, sugeriu: *Realidade*. Esse mesmo nome foi a base do título do projeto apresentado para o edital do PPP-ECOS.

Esse processo possibilitou com que a comunidade participasse, de forma ativa, na escolha do caminho a ser trilhado, em especial na relação com a Universidade. Além disso, gerou uma responsabilidade coletiva sobre as próximas ações do ProExt, assim como um acúmulo referente à tomada de decisão em grupo e à metodologias participativas, tanto por

parte dos agricultores, como pelos estudantes e professores.

Etapa iv) Oficina de Sistemas Agroflorestais (SAFs)

Esta foi a última etapa do ProExt Cerrado em Pé junto com as comunidades. A realização dessa oficina nasce a partir da demanda priorizada pela comunidade para buscar soluções para se trabalhar a “terra fraca” da região, onde, a partir de debates, a comunidade se planeja para aprender técnicas alternativas de produção por meio de mutirões. Vale lembrar que os SAFs já eram uma “ferramenta” de fácil acesso devido à experiência de alguns membros da equipe do ProExt, mas que dos seis assentamentos trabalhados, apenas em três (Capim-de-cheiro, Paraná e Mambaí) sentiu-se que seria significativo fazer as oficinas. Nesse sentido foi feita uma saída de campo em dezembro de 2014, onde ocorreram os plantios de áreas experimentais, e outra em março de 2015, para manejo e acompanhamento.

Antes de colocarmos a mão na terra, a equipe do programa facilitou uma troca de saberes entre os agricultores para promover a reflexão e percepções de práticas que garantissem uma terra fértil e produtiva (AVELINE *et al.*, 2015). Durante o assunto sobre o funcionamento da natureza para criar e manter solos férteis, ressaltou-se a importância das árvores para garantir a qualidade do solo e da diversidade de espécies na manutenção do sistema. Com isso chegou-se a abordagem sistemas agroflorestais. Foram utilizadas fotos de diferentes SAFs para facilitar o entendimento. Após o momento de debate, ficou decidido que iríamos implementar cinco pequenas áreas de sistemas agroflorestais. As áreas que receberam o trabalho em mutirão foram escolhidas pelos próprios assentados, com base nas distâncias entre estes, na existência de estratégias de proteção ao acesso de animais (galinha e gado), do interesse da família e de dinâmicas próprias da comunidade. Contudo, das cinco áreas escolhidas, uma foi proposta pela equipe da UnB, no sentido de agradecer à participação de uma das cozinheiras e de, também, procurar envolver mais a família dela nas atividades do ProExt.

Os momentos de plantio em mutirão foram feitos com todos os interessados juntos, em cada uma das cinco parcelas. Foram momentos ricos em trocas de conhecimento e interação, com a participação ativa das crianças e dos jovens (figura 11). Foi, inclusive, nessa etapa que uma máquina fotográfica, cedida pela Tatiane Yumi (bolsista do ProExt Cerrado em Pé), foi deixada com os jovens. A proposta foi da própria juventude local registrar o andamento dos plantios e de outros aspectos da do dia a dia deles, tanto por fotos como por vídeos.

Os plantios foram feitos com muitos recursos oriundos da própria comunidade, como explicitado na etapa anterior. Contudo, a comunidade não agiu conforme o planejamento que

ela mesma tinha sugerido, na construção do quadro apresentado. Não foram coletas sementes, nem feitas as mudas, nem organizado os núcleos menores para realizar seus plantios. Mas muito dessas tarefas davam para ser feitas na hora do plantio, como coletar as mudas de abaxi (*Ananas comosus*), de banana (*Musa spp.*), as manivas de mandioca (*Manihot esculenta*), sementes de ingá (*Inga edulis*), diversos capins, e outras mais. A cobertura do solo foi feita, majoritariamente, com podas feitas nos remanescentes de vegetação nativa mais próximos. No caso de algumas propriedades, havia pés de eucaliptos, que foram podados para servirem de matéria orgânica para as para os canteiros.



Figura 11: Participação das crianças no mutirão de manejo.

A saída de campo para realizar o manejo em mutirão foi feita em março. O veranico⁸ em janeiro de 2014 foi mais prologando do que os dos anos anteriores (relato dos agricultores locais). Foram quase trinta dias sem nenhuma chuva e muitos produtores perderam partes significativas de suas produções rotineiras. Os plantios de SAFs foram feitos, em sua maioria, em lugares secos onde não havia sistemas de irrigação instalados, por escolha dos agricultores, justamente para testar tal sistema na realidade que eles têm para expandir sua produção agrícola. Esse fato gerou uma heterogeneidade de resultados importante. O único plantio realizado próximo a uma APP, em uma área mais úmida, foi o que teve a maior

⁸ Veranicos são períodos de interrupção da precipitação durante a estação chuvosa. São muito comuns no Cerrado.

germinação de sementes de árvores, e a maior produção de hortaliças. Em locais mais secos, os que não tiveram o cuidado de fazer nenhuma rega, poucas sementes germinaram e, em um determinado caso, perdeu-se inclusive as mudas de frutíferas. Em lugares onde houve a irrigação, feita esporadicamente e através de baldes, obteve-se bastante crescimento das espécies plantadas.

Esse fato evidenciou a importância de se valorizar o processo interno da comunidade de decidir onde as oficinas serão realizadas e onde cada agricultor quer realizar o seu plantio. O SAF que foi considerado como a experiência menos bem-sucedida foi justamente na casa onde a equipe da UnB resolveu presentear uma moradora. Contudo, não houve nenhum cuidado de irrigação durante o veranico, mesmo o plantio estando perto da casa. Tal fato gerou reflexões importantes, tanto para a equipe da UnB, como para os agricultores, que viram, mais uma vez que nada vai adiantar se não houver o protagonismo e a pró-atividade deles. Vale ressaltar que o plantio foi realizado em meados de dezembro e o veranico de 2015 foi logo no início de janeiro. Justamente por esse curto período entre o plantio e a falta de chuva, se fez necessário uma irrigação, mesmo que esporadicamente. É preciso considerar também que foram quase 30 dias sem chuva na região (relato dos agricultores locais).

O impacto da cobertura de solo sobre a manutenção da umidade e melhoria deste, bem como a utilização de sementes crioulas de milho, que resultou em boa produção, foram fatos que surpreenderam positivamente os agricultores. Como o veranico foi muito forte, a cobertura de solo foi um fator importante para segurar o pouco de umidade que restava no solo. Além disso, os milhos plantados nos canteiros de SAF ficaram mais bonitos e produziram mais do que os milhos plantados na mesma época de sementes híbridas, que os agricultores compram dos fazendeiros da região. Isso aconteceu devido ao fato dos milhos híbridos necessitarem de uma quantidade maior de nutrientes para produzir, enquanto o milho crioulo já é mais adaptado a solos com menor disponibilidade de nutrientes, pois sua genética foi selecionada, majoritariamente, por comunidades tradicionais sem a utilização intensiva de insumos. Esse fato também gerou conversas sobre a contaminação genética de milhos crioulos por híbridos.

Esta etapa motivou alguns agricultores a plantarem e se envolverem mais com atividades em grupo. Além disso, os resultados dos plantios dos canteiros feito em mutirão, fez com que um agricultor experimentasse em seu próprio plantio o princípio do solo coberto (figura 12). O mesmo agricultor, inclusive, experimentou fazer dois plantios de beterraba (*Beta vulgaris*), um com cobertura de matéria orgânica (com capim), e outra sem cobertura do solo. A diferença foi visível, tanto no crescimento como na sobrevivência das espécies. Esse

fato demonstra o caráter que os agricultores costumam ter de experimentar e avaliar diferentes formas de cultivo.



Figura 12: Horta do Seu Abel coberta com matéria orgânica

Antes dos mutirões de manejo, foi feita uma visita no assentamento Cynthia Peter, que já vinha participando de um projeto de implementação de SAFs. Muitos dos agricultores já se conheciam, mas nunca havia ocorrido uma troca de experiências parecido com a que foi realizada no ProExt. O dia de campo, com direito a almoço comunitário, se enquadra na metodologia chamada de campesino a campesino (camponês a camponês), com foco em compartilhar as experiências entre os agricultores, fortalecer as capacidades da investigação local e de resolver problemas (ALTIERI, 2010).

Esta foi a última etapa oficial do ProExt Cerrado em Pé de 2014. No final do programa a equipe de Brasília já vinha pensando em formas de continuar o trabalho junto a essas comunidades, e uma alternativa que veio sendo trabalhada foi o edital lançado pelo Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) vinculado ao Programa de Pequenos Projetos Eossociais (PPP-ECOS). Fundamentalmente, foi nessa última etapa que se aproveitou para discutir com a comunidade que tipo de projeto ela queria construir para este edital. Esse processo será detalhado no próximo capítulo.

2.3 Reflexões sobre o ProExt Cerrado em Pé nos P.A.s Mambaí, Capim-de-cheiro e Paraná.

O programa Cerrado em Pé conseguiu estabelecer uma relação de confiança entre as comunidades envolvidas e a equipe universitária, apesar de o programa ter proporcionado somente cinco saídas a campo. Esse fato se deve tanto à forma intensa de aproveitamento das saídas como pela proposta de extensão adotada pela equipe, que prioriza o diálogo e a compreensão da realidade com participação da comunidade. Além disso, algumas vantagens visualizadas pelas comunidades na prática das novas técnicas de plantio fortaleceram e motivaram os diversos atores do projeto e suas relações internas.

O objetivo do programa de promover o uso do Cerrado em pé foi manifestado de uma maneira mais orgânica se comparado com a parte de apontar para a comunidade o interesse e a necessidade de conhecê-los. Ou seja, o próprio cenário e a contextualização do programa explicitaram o viés de conservação ambiental da equipe universitária, onde se destacam aspectos como o próprio nome do programa, a parceria com o ICMBio, a coordenação do programa pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB e a maioria dos alunos serem de Ciências Ambientais. A explicação de cada um desses tópicos favoreceu o entendimento da importância da questão ambiental para a equipe que estava chegando.

Já o processo de buscar conhecer o histórico da região e os conhecimentos e valores locais gerou uma certa estranheza por parte dos assentados. Pairava questionamentos do tipo “não seriam eles (professores e estudantes) quem deveriam nos dizer o que fazer e apontar soluções? Porque querem tanto saber como fazemos nossas coisas, ou como enxergamos a realidade por aqui? Eles sabem muito mais do que nós”. O discurso do “o que eu posso fazer?” é nitidamente pautado na expectativa de ações para transformação local serem coordenadas por atores externos aos assentamentos. Nos apresentarmos enquanto universidade gerou um desafio de valorizar as práticas e percepções locais para que pudessemos compreender onde estávamos e como, e para onde, poderíamos caminhar juntos.

Justamente por isso, a pauta de quem somos e o que fazemos demandou mais energia inicial do que o assunto de conservação do Cerrado. Contudo, foram apresentadas a importância e a necessidade de preocupação ambiental, buscando abordagens que fizesse sentido à comunidade. Esse assunto foi pautado principalmente em tópicos agrários, como vulnerabilidade dos solos à erosão, o efeito do fogo e da matéria orgânica sobre a fertilidade do solo, conversas sobre a diversidade de paisagens na região, o papel da biodiversidade e

fontes de renda.

Vale ressaltar que diversos membros da equipe do ProExto já possuíam experiências acumuladas em SAFs, o que certamente influenciou na forma de agir e nas questões levantadas durante a execução do Programa, inclusive porque já era sabido que grande parte do conflito existente entre os PAs e o IBAMA/ICMBio se dava em questão do cultivo tradicional de corte e queima, principalmente em APP. Todavia, os SAFs não foram apresentados imediatamente como soluções. Como visto, foi realizado um trabalho na tentativa de compreender o histórico e as demandas de cada assentamento, evitando apresentar um “pacote” de soluções prontas e planejadas sem a participação da comunidade. Esse processo fez com que dos seis PAs envolvidos, apenas três tivessem as oficinas de SAFs realizadas, justamente por compreender que nos outros três assentamentos as demandas prioritizadas não seriam atendidas com os sistemas agroflorestais. Contudo, graças a esse processo de escuta e diálogo, buscou-se envolver outros professores e construir um novo programa de extensão que contemplasse os interesses dos assentamentos que não realizaram as oficinas de SAFs. O novo programa foi escrito para concorrer ao edital do ProExt 2016 e apesar de boa classificação (95,5 pontos) não foi contemplado com recursos.

O formato de entrevista semiestruturada permitiu aos estudantes uma relação diferenciada com os moradores, no sentido de compreender melhor quem são esses sujeitos. Esse contato foi um fator decisivo para se alcançar o envolvimento e a dedicação desses alunos do início ao fim do programa. Para além de números, foi possível conseguir, já nesse primeiro momento, uma aproximação com as comunidades e uma compreensão de uma realidade que muitas vezes não se consegue traduzir ou entender em dados estatísticos.

Nos PAs onde foram feitos os canteiros de SAFs, os mutirões de plantio e manejo serviram para exemplificar e discutir alguns princípios como cobertura de solo e diversidade de espécies, além da cooperação. Muitos agricultores acharam muito mais trabalhoso cobrir todo o solo com matéria orgânica, oriunda dos remanescentes de cerrado, do que deixar o solo descoberto para depois fazer a capina com uma enxada. Contudo, essa situação demonstrou, na prática, a importância de se plantar espécies no sistema que tenham a função de produção de biomassa, as chamadas plantas adubadeiras, ou adubos verdes.

Vale ressaltar ainda a iniciativa de um agricultor (Seu Abel) em experimentar o plantio com a cobertura de solo, mesmo a oficina de SAFs não tendo sido realizada em seu lote. A cobertura de solo foi feita em uma horta, da maneira que o agricultor costuma fazer, onde a única modificação foi a matéria orgânica sobre o solo. Esse fato pode demonstrar que, aos poucos, os princípios utilizados para os SAFs estão sendo compreendidos pelos agricultores.

Mais do que simplesmente a utilização de cobertura de solo, mas, no caso do Seu Abel, a iniciativa de não procurar repetir uma receita ou maneira específica de plantio, mas de observar o princípio e utilizar em sua própria maneira de plantar.

Deixar uma máquina fotográfica com os jovens foi uma estratégia que rendeu bons resultados. A máquina fica regularmente circulando entre os jovens, que além de tirar as fotos e gravarem vídeos sobre os canteiros, registram momentos do dia a dia e outras atividades que eles acham interessantes, como a colheita de arroz por exemplo. Além disso, essas atividades aproximam os jovens das atividades que estão sendo desenvolvidas.

Para a equipe da UnB ficou mais nítido o desafio e a responsabilidade de se fazer uma extensão universitária de forma efetiva que gere, pela ação-reflexão, um processo de aprendizagem genuíno, que resulte em conhecimentos úteis, significativos, para essas comunidades sem a necessidade de uma transformação radical vinda de agentes externos. Ou seja, que esse conhecimento aprendido sirva para situações concretas da realidade deles, como defendido por Paulo Freire (1983).

O esforço para delimitar para as comunidades o espaço de atuação da equipe, enquanto Universidade, pode ser entendido como um fator importante para estimular o protagonismo dos agentes locais. Percebeu-se que o discurso dos agricultores começou a apresentar as potencialidades destes, e não mais somente suas fragilidades e demandas. Essa é uma mudança que precisa, talvez, ser mais enraizada para realmente conseguir sair do discurso do “o que eu posso fazer?” para uma prática que seja de fato emancipatória e pautada na apropriação individual, dos membros da comunidade, da proposta concebida via ação coletiva.

O processo de sair do discurso atrelado a um sentimento de impotência e passar para uma prática mais propositiva, no sentido de aproveitar melhor suas potencialidades, recursos e direitos, é fundamental para se ter um protagonismo efetivo das comunidades. Nesse sentido, nota-se a importância da insistência nas etapas do ProExt Cerrado em pé de abrir espaços para reflexão junto com os agricultores, buscando estimular o processo de crítica e de governança destes sobre as ações coordenadas por extensionistas. Nas primeiras vezes em que esses espaços foram propostos, poucos falavam. A falta de prática de atividades parecidas, como constatado durante o diagnóstico, é um fator que deve ser levado em conta, para não desistir de propor esses espaços e ter confiança na fala e na reflexão da comunidade. Com a rotina dessas práticas, além do desenvolvimento do próprio processo reflexivo, os participantes já estavam mais preparados, sabendo que haveria um momento no final para avaliação e questionamentos. No final do programa, se pode notar avanços importantes nessas atividades.

Uma reflexão feita é que a escolha do tema “terra fraca”, escolhida pelos agricultores, foi uma estratégia deles, entre outros fatores, pautada pelo entendimento de que este era um tema que a equipe universitária ali presente poderia contribuir. Houve o entendimento por parte dos assentados que o grupo ali presente não poderia ajudar muito em certos gargalos, como a questão de título da terra ou do desenvolvimento de infraestruturas. Em contrapartida, o fato de terem sido feitas análises de solos e debates sobre solos saudáveis influenciou na escolha do desafio escolhido pela comunidade. É importante compreender que a extensão universitária é um caminho de mão dupla, que os estudantes e professores também possuem suas intenções e áreas específicas com quais podem contribuir mais do que outras. Mas a estratégia da equipe, para buscar o fortalecimento da comunidade, foi minimizar o viés das trajetórias externas à comunidade para que esta se envolvesse mais com o desenvolvimento de suas soluções e se sentissem mais responsáveis pelas escolhas realizadas.

Todos esses aprendizados, tanto da equipe da UnB, quanto dos agricultores, foram essenciais para a construção de um novo projeto onde a comunidade rural foi a idealizadora. Nesse sentido, ressaltamos as palavras de Aveline *et. al.* (2015, p. 1) quando apontam que o programa Promoção do uso do Cerrado em Pé no Nordeste de Goiás “constituiu importante passo para uma colaboração de longo prazo entre diversos atores que almejam um mesmo objetivo: a promoção do uso do Cerrado em pé no nordeste goiano”.

Capítulo 3 – O Projeto Realidade: apresentação da peça técnica.

“As ações implementadas no âmbito de um pequeno projeto pretendem constituir-se em unidades demonstrativas de um novo modelo de desenvolvimento, essencialmente democrático, integrador e sustentável, do ponto de vista social e ambiental.”
Nogueira (2005, p. 30)

3.1 O Programa de Pequenos Projetos Ecosociais

O Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS) é uma estratégia criada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) ao Conselho do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF – sigla em inglês) em 1992. O PPP, mundialmente conhecido como Small Grants Programme (SGP), é colocado por Sarah Timpson (GEF, 2001, *apud* Nogueira, 2005) como um “filho” da Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento daquele mesmo ano. O eixo norteador para a consolidação desse instrumento foi a valorização e o reconhecimento do papel da sociedade civil na construção de um modelo de desenvolvimento socioeconômico integrado às metas de conservação ambiental.

O foco do PPP-ECOS, então, é a conservação ambiental com o entendimento de que a conscientização, o empoderamento e a melhoria da qualidade de vida das populações pobres são medidas estratégicas para alcançar tal objetivo. Nesse sentido, o aumento gradativo da conscientização em nível comunitário sobre a problemática ambiental e o potencial de inovação que certas experiências locais possuem, capazes de serem replicadas e generalizadas, são caminhos defendidos pelo Programa, com base na ideia de que ações locais podem gerar benefícios para o meio ambiente global (NOGUEIRA, 2005). No Brasil, o programa existe desde 1994 e já apoiou mais de 400 projetos. Em seu *website*, o ISPN apresenta a seguinte descrição:

O Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS) foi criado para apoiar projetos de organizações não-governamentais e de base comunitária que desenvolvam ações que geram impactos ambientais globais positivos, combinados com o uso sustentável da biodiversidade. Tendo como coordenação técnico-administrativa o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), o PPP-ECOS é um dos poucos programas no Brasil que

direcionaram seu apoio exclusivamente para o bioma Cerrado durante muitos anos. A partir de 2013, o PPP-ECOS passa a apoiar projetos também na Amazônia, na região do arco do desmatamento nos estados do Maranhão, Mato Grosso e Tocantins e no bioma Caatinga.

Dessa forma, o PPP-ECOS busca trabalhar com o empoderamento das comunidades, sempre incentivando que estas sejam capazes de coordenar projetos comunitários. O processo simplificado de acesso e utilização dos recursos financeiros é um diferencial do programa. Contudo, o capital social das comunidades rurais, de modo geral, é sempre um fator limitante. Essa é, talvez, a principal justificativa para possibilitar a participação de ONGs externas às comunidades como proponentes de projetos. Mesmo nesses casos, o monitoramento dos projetos contemplados possui um foco importante na autonomia da comunidade, buscando formas destas serem capazes de conseguir coordenar processos parecidos de forma mais independente.

Sobre a definição de pequenos projetos, Nogueira (2005) apresenta a inclusão de variáveis para além do porte (tamanho), colocando a natureza das atividades, os atores mobilizados e seu *modus operandi* como fatores essenciais que caracterizam esse tipo de projeto. A autora defende ainda que essas ações, vinculadas aos pequenos projetos, representam uma postura da sociedade civil em assumir o papel de corresponsável pelo seu próprio desenvolvimento, indo além do mero preenchimento de lacunas deixadas pelo Estado.

O termo pequeno projeto, portanto, é uma capsula de significados, cujo conteúdo foi histórica e culturalmente alicerçado no campo de atuação da sociedade civil organizada. Os pequenos projetos promovem a difusão de um novo ideário que reúne princípios de solidariedade, responsabilidade social sobre o desenvolvimento, revalorização da cultura e conhecimento locais, entre outros.(NOGUEIRA, 2005, p. 30)

Contudo, a mesma autora coloca a limitação desses projetos conseguirem fazer com que as comunidades acessem bens e serviços da modernidade. A autora argumenta que o contexto de extrema carência dessas populações colocam em risco a meta de desenvolvimento econômico, e que, nesse cenário, os projetos da SGP não possuem resultados de superação da pobreza, mas apenas de atenuação desta. Por outro lado, ações para a conservação da biodiversidade, do solo e o combate à desertificação apresentam o potencial de resultados imediatos para a melhoria da qualidade de vida de populações rurais. Naturalmente, os efeitos da perda de biodiversidade, da erosão dos solos e da desertificação são mais facilmente percebidos pelas populações, porque afetam diretamente a sua sobrevivência. Essas

populações têm, inclusive, formas empíricas de reconhecimento de algumas dessas perdas, em razão do estreito contato que tem com o meio envolvente, os chamados indicadores de base comunitária (HAMBLY, 1996; NOGUEIRA 2005).

Nesse sentido, os editais do PPP-ECOS costumam apresentar três áreas focais para nortear a elaboração dos projetos: biodiversidade, mudanças climáticas e terra degradada. Cada uma dessas áreas possui temas específicos que precisam ser selecionados pelo proponente que deseje enviar um projeto para concorrer ao edital. Para exemplificar, segue a tabela de temas do edital de 2015.

Área Focal	Temas
Biodiversidade	Manejo e uso sustentável de espécies da sociobiodiversidade
	Elaboração de planos de manejo para conservação e uso sustentável de espécies
	Conservação <i>in situ</i> de espécies ameaçadas e de importância econômica para as comunidades
	Agregação de valor a produtos da sociobiodiversidade
	Fortalecimento de redes de comercialização
	Capacitações em gestão de empreendimentos comunitários e comercialização
Mudanças Climáticas	Recuperação de áreas degradadas incluindo espécies nativas
	Manejo florestal sustentável
	Adoção de práticas agrosilvopastoris sustentáveis
	Capacitações e ações para prevenção e manejo racional de fogo
Terra Degradada	Uso de técnicas de recuperação de áreas degradadas, boas práticas de conservação dos solos e redução da erosão
	Apoio à difusão de técnicas de manejo agroecológico com vistas à recuperação e conservação dos solos e redução da erosão
	Emprego de técnicas de manejo e conservação de água

Tabela 2: Linhas temáticas do edital do PPP-ECOS 2015

A seleção dos projetos é feita pelo Comitê Gestor Nacional do ISPN. Esse processo possui critérios de seleção que norteiam a visão estratégica do programa e é entendido pelo instituto como sendo altamente competitivo. Dentre os vários critérios apresentados nos editais do PPP-ECOS, Lobo e Andrade (2010) destacam os aspectos relacionados com inovação, replicabilidade, participação da comunidade, adequação técnica, benefícios sociais e considerações de gênero para a escolha dos projetos a serem contemplados.

O PPP-ECOS se apresenta então como mais do que uma importante fonte de recursos financeiros para as comunidades que vivem no bioma Cerrado e que querem mantê-lo em pé.

O programa trabalha com a missão de fortalecer as estratégias de conservação por parte dessas comunidades buscando trazer ao mesmo tempo melhorias na qualidade de vida destas e criando soluções locais que podem servir de base para outras experiências, estimulando a capacidade organizativa dessas comunidades e valorizando seus saberes e práticas.

Esses fatores foram importantes para motivar a equipe de extensão universitária do programa Cerrado em Pé a facilitar a construção de um projeto com os assentamentos Mambaí, Capim-de-cheiro e Paraná. Outro fator de estímulo que também ajudou a orientar a construção do Projeto *Realidade* foi a existência de um projeto ainda em andamento aprovado pelo mesmo programa (PPP-ECOS) no município de Mambaí, que envolvia outro assentamento rural com o foco em agrofloresta (REIS, 2014), e que foi visitado, como abordado anteriormente.

3.2 Construindo o Projeto Realidade

3.2.1 Diálogo com a comunidade: escolha do objetivo e das atividades

Com o lançamento do edital de 2015 do PPP-ECOS a equipe do ProExt, ainda em Brasília, discutiu sobre como facilitar esse processo de construção de um projeto comunitário com os assentamentos Paraná, Capim-de-cheiro e Mambaí, considerando que tipo de projeto caberia dentro do PPP-ECOS. Essa discussão gerou diferentes propostas de atividades, formando diferentes cenários a serem debatidos com os agricultores.

Foi debatido também sobre qual seria a pessoa jurídica que poderia assumir burocraticamente o projeto, já que a associação dos agricultores estava, aparentemente, inadimplente. Além disso, houve o entendimento de que a capacidade organizativa fragilizada, identificada nos assentamentos, poderia ser um fator de risco caso o projeto fosse coordenado somente pela associação de agricultores. Como a ONG Mutirão Agroflorestal já estava envolvida com o processo, através da atuação da Fabiana M. Peneireiro, membro da ONG, foi pensada a proposta de ter o Mutirão Agroflorestal como organização proponente. A ONG aceitou, com a condição de que mais pessoas envolvidas com o projeto fizessem parte do Mutirão Agroflorestal e assumissem a coordenação do projeto. A maneira de atuação da Organização também foi um fator importante para que a equipe do ProExt procurasse consolidar essa parceria. Para compreender melhor a dinâmica de funcionamento da ONG Mutirão Agroflorestal, segue uma descrição feita pela Renata Z. Pinho (2008, p. viii), em um estudo sobre tal organização.

O Movimento Mutirão Agroflorestal começou em 1996, a partir do contato com as idéias inovadoras do agricultor/experimentador Ernst Götsch, e

sempre foi um movimento espontâneo, com livre participação de todos os interessados. O grupo possui organização e dinâmica próprias, e desde o início se propôs a trabalhar de forma auto-gestionária. É formado por profissionais das áreas de ciências agrárias, biológicas, exatas e humanas, estudantes (graduação e pós-graduação), agricultores e técnicos extensionistas, que se reúnem em propriedades rurais para aprender a fazer agrofloresta na prática e de forma coletiva.

Após a conversa com o Mutirão Agroflorestal, foi feita uma reunião com os agricultores dos PAs com o objetivo de formular um projeto para submetermos ao edital do PPP-ECOS, junto com a última atividade do ProExt Cerrado em pé, em março de 2015. É importante lembrar que existia um contexto que favoreceu esse processo de construção com os agricultores, inclusive o prazo final do programa de extensão (sempre destacado pela equipe), o que levou alguns agricultores a declararem o interesse e a preocupação de procurarmos novas formas para continuar trabalhando junto.

Na reunião com a comunidade, primeiramente foi feita uma discussão sobre o que é um projeto, no sentido de procurar refletir e relembrar que um projeto não é simplesmente uma forma de captar recurso; é uma maneira de se organizar para alcançar um objetivo. Fazer uma projeção das ações e ter um resultado esperado. Essa conversa fluiu para a construção de projetos comunitários, discutindo-se sobre a importância de se ter um objetivo comum e vontade de união.

Com essa introdução, partiu-se então para a explicação do edital aberto para financiar projetos comunitários com viés de conservação ambiental. Foi explicado um pouco sobre o histórico de atuação do PPP-ECOS, a importância dada para o envolvimento e o protagonismo da comunidade, as linhas temáticas do edital e um pouco sobre os critérios de seleção. A proposta e o histórico do Programa de Pequenos Projetos Ecosociais enriqueceu a discussão sobre a necessidade da comunidade trabalhar para o seu empoderamento e o cuidado que é preciso ter com a questão ambiental. Discutiui-se sobre a responsabilidade que é ter um apoio financeiro aprovado, o desafio de coordená-lo e a importância de se ter transparência, confiança e organização coletiva. Foi apresentada a proposta do Mutirão Agroflorestal ser o proponente oficial do projeto, esclarecendo que a situação de dívida da associação dos assentados poderia causar algum impedimento na seleção e na execução do projeto. Não foi posta nenhuma resistência.

Os diferentes conjuntos de atividades pensadas em Brasília, a partir das conversas preliminares na comunidade, foram então apresentadas aos agricultores para estimular o

debate e atingir encaminhamentos práticos para a construção do projeto. Foi nesse debate que as mulheres se manifestar sobre o interesse de trabalhar com extrativismo do buriti (*Mauritia flexuosa*), tanto de frutos como de palha e “braço” (pecíolo) para artesanato. Esse discurso começou, de certa forma, a ser abafado e desacreditado por parte dos homens, que não confiam muito nessa estratégia. Contudo, as mulheres afirmaram seu interesse em trabalhar com o Buriti, tanto na parte de alimentação como de artesanato. Esse processo foi facilitado pela equipe de Brasília, no sentido de provocar as mulheres presentes a declararem seus interesses com mais clareza, apresentando argumentos e potenciais.

Outro foco de discussão foi sobre a escala de produção agrícola. Estava claro o interesse dos agricultores em continuar experimentando diferentes formas de produção. A questão discutida foi: para quê? Essa discussão nasce do entendimento de que é preciso ter uma fonte de renda vinda da própria terra para se manter no campo. Contudo, a dificuldade de comercialização e organização comunitária atrapalham os projetos que apontam nessa direção. Com isso, o discurso unânime dos agricultores explicitou a necessidade de se trabalhar para a segurança alimentar da família, em um primeiro momento, para depois atingir a comercialização dessa produção. Foi nesse sentido que a questão do extrativismo entrou como uma fonte de renda alternativa para esse primeiro momento, já que a rede de comercialização para esses produtos já é mais estabelecida na região do que de produtos agrícolas.

Mas o sonho de ter uma renda mais fixa advinda da produção agrícola não foi deixado de lado. Houve sim o entendimento de que esperar isso para o próximo ano seria uma estratégia precipitada, mas que era preciso trabalhar para chegar lá. Uma estratégia importante identificada foi de ter um espaço próprio para reuniões, uma sede para a associação. Foi discutido sobre a possibilidade de se reformar uma sala da antiga escola, que atualmente está abandonada, para servir como um espaço comunitário.

Na conversa sobre os principais fatores de risco para o projeto, o fogo e a seca apareceram como assuntos principais. Foi debatido sobre a necessidade de se trabalhar melhor o manejo para quem ainda usa o fogo como ferramenta para formar suas roças, e de modo geral, trabalhar técnicas de controle e prevenção de incêndios.

Sobre a seca, ficou entendido que se o projeto escrito para o edital do PPP-ECOS cobrisse os custos para a irrigação de todas as áreas plantadas, poucas pessoas seriam beneficiadas no projeto. Com isso foram aparecendo estratégias de irrigação econômicas, para que os próprios assentados pudessem cobrir esses custos. O carneiro hidráulico artesanal, que um conhecido dos agricultores sabe fazer, foi uma alternativa apresentada por um dos

agricultores e bem discutida. Outra solução posta foi implementar os SAFs em áreas mais úmidas em APPs, que já são utilizadas para práticas agrícolas, pois o atual código florestal permite a utilização de sistemas agroflorestais nessas áreas, e não precisaria de irrigação.

Foi apresentada também a dificuldade de trabalhar com o artesanato com buriti, devido à altura dos pés para coletar o “braço” da palmeira. Foi defendido então que se plantem mais buritis também para, no futuro, se ter mais pés para coletar mais facilmente. Foi pensado no treinamento dos mais jovens para que estes possam subir também nos pés mais altos, pois só os mais antigos fazem isso atualmente.

No final do dia, havia um consenso sobre escrever um projeto que contemplasse a implementação de sistemas agroflorestais com até 2.000 m², sem irrigação, com foco na soberania alimentar das famílias, e a capacitação e articulação das mulheres em artesanato, beneficiamento e agregação de valor de produtos derivados do buriti com foco na melhoria de renda. No mínimo quinze famílias precisariam ser beneficiadas.

Segundo os agricultores, o nome do projeto deveria ser o mesmo do que já tinha sido escolhido para outra situação: Projeto *Realidade*, já que o que esperam é que os sonhos se tornem realidade.

3.2.2 Escrevendo o projeto e articulando as parcerias

Com base no acúmulo de aprendizados, consensos e na confiança da comunidade a equipe de Brasília ficou responsável por escrever e submeter o projeto para o ISPN. O projeto foi escrito de forma colaborativa, e em sua maior parte, feito através de um documento virtual on-line onde os interessados puderam contribuir e ver outras contribuições simultaneamente.

A parte do orçamento, no que tange aos insumos agrícolas, pôde ser adaptado de um outro projeto escrito para o assentamento Cynthia Petter, aprovado pelo ISPN em 2014, também pelo PPP-ECOS. Além disso, a equipe do ICMBio com sede em Mambai esteve ligada a elaboração e execução do projeto no Cynthia Petter e participou ativamente da construção do Projeto *Realidade*, podendo colaborar a partir de suas experiências na região com projetos socioambientais.

A parte das atividades ligadas ao artesanato foi discutida com duas possíveis consultoras com experiência no tema para verificar quais atividades são recomendadas para esse tipo de projeto e objetivo, para assim definir a quantidade de recurso que seria destinado para essas atividades. A mesma estratégia, de conversar com especialistas no tema, foi feita com a questão das oficinas para culinárias e boas práticas. Nessas conversas era apresentando brevemente o objetivo do projeto, da atividade proposta e a realidade local (assentamento

rural, baixa renda, recursos disponíveis, número de pessoas interessadas...) para discutir sobre que tipos de atividades seriam necessárias e interessantes, e qual seria o valor justo a ser pago pelo serviço.

Durante todo o planejamento de execução do projeto foram pensadas atividades com os jovens dos assentamentos, já que estes sempre foram bem presentes nas ações do ProExt Cerrado em Pé. As atividades pensadas para a juventude foram, em geral, no sentido de monitorar, avaliar e registrar o andamento do projeto. Essa proposta nasce do entendimento da importância de ter a juventude envolvida, se apropriando dos conhecimentos e decisões junto com o restante da comunidade, contribuindo assim para manter os jovens como protagonistas da busca por uma vida no campo com qualidade.

Um passo essencial da construção do Projeto foi a articulação de parcerias com outras instituições. Esse processo foi feito através de diálogos em busca de sinergias entre as ações pensadas para o projeto e as ações das possíveis instituições parceiras. Apesar desse processo evidenciar ganhos subjetivos, como a troca de experiências, contatos e visibilidade, as parcerias foram firmadas então na tentativa de definir ações claras e pontuais das instituições dentro do Projeto *Realidade*. Para um melhor entendimento, segue uma breve explicação das principais parcerias.

→ Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS-UnB)

Como apresentado no capítulo anterior, a maioria da equipe que auxiliou construção do projeto estava vinculada ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB e envolveu com a comunidade a partir do programa de extensão Promoção do uso do Cerrado em Pé no Nordeste Goiano. Tal programa foi coordenado pelo professor Thomas Ludewigs (orientador desse trabalho), que no momento se encontrava como coordenador de extensão do CDS. O Centro de Desenvolvimento Sustentável vê então o Projeto *Realidade* como uma forma de continuar o vínculo com a comunidade, buscando formas, recursos, pesquisadores e estudantes para trabalhar junto destas.

→ Projeto Inova Cerrado

O projeto Inova Cerrado (chamada MCTI/MAPA/CNPq N° 40/2014) explora e discute inovações em tecnologias sociais e de caráter científico-tecnológico para melhorar o beneficiamento e a comercialização de frutos do Cerrado no Vão do Paranã (onde se encontra Mambaí) e outras cinco regiões no norte de MG, DF e GO. O projeto Inova Cerrado é coordenado por uma professora da Faculdade de Planaltina da Universidade de Brasília (FUP-UnB), contando com professores que inclusive fizeram parte do ProExt Cerrado em Pé. Esse contexto favoreceu a consolidação da parceria, sem exigir muito esforço para buscar ações

complementares. Com o Projeto *Realidade*, o Inova Cerrado se responsabilizou a oferecer ao menos uma visita de intercâmbio a outra comunidade extrativista ainda não definida.

→ Fundação Pró Natureza (FUNATURA)

A FUNATURA é uma organização não-governamental brasileira que trabalha com projetos de conservação do meio ambiente e busca contribuir para o uso sustentável dos recursos da natureza em todas as regiões do país, e em especial nos biomas Cerrado e Pantanal (<http://www.funatura.org.br/>). Durante a execução do Projeto *Realidade*, a FUNATURA realizará outros dois projetos envolvendo os assentamentos Cynthia Petter e Funil, que também ficam dentro do município de Mambaí. Um projeto é o ATER Cerrado, do Serviço Florestal Brasileiro e outro é contemplado pelo programa ECOFORTE, da Fundação Banco do Brasil. Ambos possuem foco no extrativismo no Cerrado e o segundo abordará também outras questões relacionadas à Agroecologia. Com isso, não foi difícil encontrar sinergias com as atividades realizadas nos assentamentos Capim-de-cheiro, Mambaí e Paraná. Em resumo, serão articuladas as seguintes atividades nesses assentamentos:

i) Curso de 16h sobre coleta, processamento e boas práticas extrativistas e manejo do buriti (projeto ATER CERRADO);

ii) Transporte e inclusão de assentados em atividades contempladas pelo programa ECOFORTE voltadas à promoção da Agroecologia e desenvolvimento do extrativismo local;

iii) Atendimento, quando possível, das necessidades futuras de transporte de produtos agroextrativistas desses assentamentos por meio de um caminhão-baú que será adquirido pelo programa ECOFORTE.

→ Associação Cynthia Peter

O objetivo dessa parceria é aproximar os grupos de agricultores dos assentamentos Paraná, Mambaí e Capim-de-cheiro com o assentamento Cynthia Peter, de forma a estimular o intercâmbio de experiências, tanto agrícolas como organizativas. Ressalta-se que o assentamento Cynthia Peter está sendo contemplado por diversos projetos relacionados a extrativismo e Agroecologia. São projetos recentes, mas que já ajudam a enriquecer os momentos de troca. Para o Projeto *Realidade*, foram pensadas visitas de intercâmbio entre as duas comunidades.

→ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

O ICMBio foi parceiro durante toda a construção do projeto. A atuação da equipe de extensão na APA Nascentes do Rio Vermelho vai de encontro com a missão do instituto, dando vigor a parceria. Foi nesse sentido que o ICMBio se comprometeu em articular a realização do curso de prevenção e combate a incêndios florestais. Além disso, os gestores

locais se colocaram a disposição para manter o trabalho de mobilização e execução de outras atividades do projeto.

→ Prefeitura de Mambaí-GO

Em reuniões com a Secretária de finanças e administração, reafirmamos a intenção de continuar trabalhando junto com a comunidade, esclarecendo a necessidade de termos a prefeitura como parceira. De forma prática, os principais acordos foram o deslocamento de alguns agricultores para Brasília em um ônibus da prefeitura – para uma visita de intercâmbio – e combustível para a vinda da equipe de Brasília antes do recurso do projeto ser liberado. Em conversa com o Secretário de Meio Ambiente do município foi solicitado também a compra de equipamentos para combate a incêndio afim de montar uma brigada voluntária nos assentamentos. Essa última solicitação foi a única que até o momento não foi dada nenhuma confirmação além do esforço por parte do secretário de meio ambiente.

Com as parcerias firmadas, o Projeto recebeu então alguns ajustes e ficou pronto para submissão ao ISPN.

3.2.3 O projeto em poucas palavras:

O projeto visa apoiar comunidades de três Assentamentos do Município de Mambaí/GO por meio da implementação de Sistemas Agroflorestais (SAF) e do fortalecimento da cadeia produtiva do buriti (artesanato da palha e beneficiamento de frutos), visando soberania alimentar e melhoria de renda das famílias. Essas iniciativas contemplarão as demandas de um grupo de mulheres (com foco no buriti), e também dos homens (com foco em agrofloresta). Os jovens participarão de todas as atividades previstas, dentre elas: reforma do local da sede; capacitação em coleta, manejo e beneficiamento de buriti; consultoria em técnicas, design, organização e comercialização dos artesanatos; implantação de áreas de SAF (previsão de 15 áreas de 1.000m² cada); apoio à comercialização; e monitoramento, avaliação e registro das ações do projeto (contando com oficinas de educação e roteiro, filmagem e edição de vídeos).

3.3 Lições aprendidas e discussão

O envolvimento e a busca de participação da comunidade exigiu sensibilidade no processo de construção do projeto, culminando em responsabilidades e compromissos para além do âmbito burocrático ou institucional da universidade. Tal experiência enriqueceu e mostrou maneiras e dificuldades de colocar o aprendizado obtido em sala de aula de forma prática para a sociedade. O processo de exercitar uma escuta ativa e poder sentir a realidade

dos assentados através das atividades do ProExt Cerrado em Pé foi essencial para a elaboração participativa do projeto. Essa vivência se mostrou também um instrumento eficaz para estimular a construção de uma ciência comprometida com o desenvolvimento da humanidade, sensível à realidade das pessoas e capaz de compreender suas dificuldades e dialogar com os conhecimentos ali presentes.

Os anseios da comunidade em melhorar a sua condição humana, aliados à crença de que a parceria com a UnB, ICMBio, Mutirão Agroflorestral, ISPN e outros atores institucionais pode representar um passo importante para este fim, foi fundamental para que a construção do Projeto *Realidade* se desse com base na realidade local dos atores, e com vistas a uma nova realidade de sonho compartilhado.

É importante considerar que a atuação dos professores e da consultora envolvidos no ProExt Cerrado em Pé foi além de orientações e acompanhamento do projeto, fazendo parte – em um processo ativo – da construção coletiva junto com a comunidade rural e estudantes. Esse aspecto foi essencial para estes últimos explorarem seus potenciais criativos e se sentirem confiantes, mantendo o compromisso de fazer um trabalho sério e comprometido. Nesse mesmo sentido, uma aproximação pessoal capaz de diminuir o distanciamento dos extensionistas com o efeito de suas ações elevou o nível de consciência a respeito do trabalho desenvolvido e fortaleceu uma responsabilidade compartilhada sobre este.

A busca e a consolidação de instituições parceiras foram essenciais e, em alguns casos, possibilitou um rico processo de trocas de experiências. Muitos projetos e instituições possuem missões parecidas ou então complementares. Identificar essas dinâmicas e procurar encontrar caminhos para trabalhos em conjunto pode ser um importante fator no sucesso de um projeto. É preciso considerar que o processo de formar e alimentar essas parcerias requer um investimento de tempo e energia. De forma geral, foi apresentado aqui apenas aspectos práticos e ações já planejadas com os parceiros, pois esses aspectos foram entendidos como fundamentais para balizar o planejamento do projeto. Contudo, é preciso levar em conta que o processo de consolidação de parcerias traz benefícios que vão além dessas previsões. Esses espaços se mostraram importantes para amadurecer ideias e trocar experiências e contatos, formando uma rede de atores que se auxiliam tanto formalmente como informalmente.

Com relação à comunidade rural, apesar de o discurso destes apresentar de forma clara a vontade e o desafio de união entre os agricultores, acredita-se que há a necessidade de aprofundar o debate sobre a importância e maneiras de fortalecer o capital social ali presente. Para isso é necessário um objetivo comum nítido e uma oportunidade concreta de avanços socioeconômicos. Nesse aspecto, o Projeto *Realidade* pode ser um elemento importante para

alavancar tanto a prática quanto discussão sobre a união comunitária. Contudo, esse processo é delicado, pois envolve questões pessoais, com histórico de conflito, que não cabe a pessoas externas solucionar. Ao mesmo tempo, esse contexto não pode ser ignorado, sendo preciso encontrar formas de facilitar a superação desse obstáculo.

Outro desafio que precisa ser melhor trabalhado é quanto ao retorno econômico das atividades extrativistas. Apesar de um mercado local potencial ter sido identificado, faltam estudos detalhados que identifiquem os tipos de consumidores, os potenciais dos produtos e as exigências de mercado. Apesar de o Projeto conter uma consultoria para facilitar a comercialização (principalmente dos artesanatos), será necessário um protagonismo dos assentados em buscar formas de comercialização local e a identificação e superação dos principais entraves. O fato de buscarmos constantemente estimular o protagonismo dos agricultores, respeitando e considerando suas opiniões e desejos, favorece sua autonomia.

Acredito que esse é o principal aprendizado do trabalho: ao se construir um projeto que seja da comunidade, em vez de um projeto universitário *para* a comunidade, o potencial de execução e aprendizagens se eleva consideravelmente. Isso não exime, contudo, a responsabilidade da universidade de se empenhar para assegurar o sucesso, a longo prazo, dessas ações. Porém, cria-se com um isso, um ambiente de corresponsabilidade com maior capacidade de adaptação aos desafios futuros.

Considerações finais

A elaboração do Projeto *Realidade: soberania alimentar, extrativismo e inclusão produtiva em três assentamentos rurais em Mambai-GO* possibilitou, de uma forma prática, a construção de alternativas na busca de soluções socioambientais. O trabalho apresentado conclui que o enfoque interdisciplinar e sistêmico, em parcerias universidade/atores sociais, é indispensável para fazer valer o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades no Brasil. Além disso, tal trabalho ganhou relevância ao compreender e ir de encontro ao conceito de extensão universitária colocado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, quando estes a caracterizam como um “processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012, p. 15).

Destaca-se a importância de experiências de vivência com comunidades rurais como uma metodologia significativa na formação do estudante universitário, seja em projetos específicos de vivência, como o Estágio Interdisciplinar de Vivência (cf. ANDRADE, 2014), ou em ações mais pontuais dentro de um programa, como foi o caso do ProExt Cerrado em Pé. Tal processo se mostra capaz de envolver e aproximar o estudante de questões relevantes para as comunidades rurais, fomentando uma formação acadêmica com maior capacidade de impactar positivamente o grupo social com que aquele se envolve, ao mesmo tempo em que traz para Universidade demandas de pesquisas mais urgentes e com uma maior percepção da complexidade encontrada na vivência.

Foram identificados temas de pesquisa que devem ser mais explorados pelo potencial de trazerem contribuições importantes para o projeto. Destacam-se: a análise econômica da comercialização dos produtos extrativistas; e a prática do uso e manejo da biodiversidade do Cerrado pela comunidade local. Apesar de o Projeto abordar questões relacionadas a soberania alimentar, inclusão produtiva e extrativismo, o aspecto econômico necessita de atenção e dedicação, tanto para conseguir atingir resultados a curto prazo, como para verificar as formas e o potencial do extrativismo na região como fonte de renda que valha o esforço. Por outro lado, identificar as espécies e suas formas de utilização pela comunidade pode ser um trabalho que auxilie na identificação de estratégias para garantir a conservação, valorizar o papel dessas pessoas e até mesmo identificar conhecimentos e produtos úteis para a sociedade em geral.

Esse modelo de trabalho, portanto, apresenta-se com o potencial de envolver mais alunos, podendo, inclusive, se adequar às normas descritas no projeto político pedagógico original do curso de Ciências Ambientais da UnB, quando é colocado que o TCC deveria ser “desenvolvido por um grupo de estudantes composto de cinco alunos, necessariamente com representantes de cada cadeia de seletividade”, na busca de potencializar a interdisciplinaridade e o trabalho em grupo (UnB, 2009, p. 21). A presença da universidade mostrou com um potencial importante para facilitar o acesso a políticas públicas que podem alavancar esse desenvolvimento econômico, como, por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O diagnóstico, as reuniões com a comunidade e a articulação com a prefeitura de Mambai-GO, INCRA e outras instituições são aspectos que favorecem uma reflexão por parte de cada ator envolvido, deixando mais claro os potenciais e desafios de desenvolvimento local e resultando em uma pressão para tomar-se decisões e atitudes, buscando utilizar os instrumentos debatidos.

Construir um projeto que assume dentro da Universidade, nitidamente, um dever para além de seus pares acadêmicos se mostrou um importante processo de formação profissional e intelectual. A postura ativa dos professores e da consultora envolvidos e a busca de uma gestão horizontal do programa de extensão universitária foi um fator relevante para estimular e potencializar o envolvimento e a criatividade dos estudantes. O processo de escrever uma proposta para um edital para captar recursos foi uma escolha possível somente pelo comprometimento que algumas pessoas da equipe universitária assumiram previamente, caso o projeto fosse selecionado. Contudo, o projeto foi construído mesmo por quem não se comprometeu a estar presente durante a execução (futura) deste, mas estava envolvido com o ProExt e teve o interesse em colaborar. Isso implica em um trabalho feito em rede, onde os resultados do processo estão alinhados a um fluxo coletivo, onde diferentes atores participam da construção de algo que interessa ao grupo, com compromissos e responsabilidades diferenciadas de acordo com a condição atual de cada participante.

Diminuir a distância entre “universidade” e “assentados” foi um fator que motivou os participantes do programa de extensão a assumirem responsabilidades para além do âmbito universitário, em especial, o vínculo pessoal estabelecido ao compartilhar planos e valores com a comunidade. Contudo, esse processo precisa de cuidados, em especial em comunidades que não estão acostumadas a receber atenção por parte do Estado ou de alguma instituição, podendo gerar uma expectativa grande sobre a equipe que está chegando caso a auto-governança da comunidade estiver frágil e não for estimulada. Justamente por isso é essencial delimitar o espaço de atuação da universidade e estimular o protagonismo da comunidade,

apontando os potenciais, as qualidades das pessoas e instituições envolvidas e procurar trabalhar sempre de forma participativa e com responsabilidades compartilhadas, buscando (em conjunto) soluções coletivas e deixando claro os deveres de cada um.

Ainda sobre o processo de captação de recursos, vimos que o Programa de Pequenos Projetos Ecosociais vem aproximando e incorporando, de forma prática, aspectos ambientais no desenvolvimento rural. Isso ocorre em um contexto onde a lógica de conservação avança no entendimento sobre a necessidade de se trabalhar aspectos socioeconômicos para alcançar seus objetivos. Porém, é preciso considerar ainda a limitação sociopolítica de se consolidar uma agricultura sustentável no atual modelo de sociedade que vivemos, no sentido de conseguir, por parte dos agricultores envolvidos neste trabalho, acesso a políticas públicas que favoreçam, de forma consistente, o desenvolvimento local.

Percebeu-se que a Universidade e as ONGs representam um setor importante da sociedade para o diálogo entre conservação da biodiversidade e desenvolvimento rural, fortalecendo as bases da sociedade para solucionar tais problemas, além de enfrentá-los em outras esferas de debate com o governo, como o diálogo com a Prefeitura de Mambáí, com o INCRA e com o ICMBio. Na experiência aqui relatada, esse processo ficou evidenciado pela aprovação da proposta do ProExt Cerrado em Pé e a consequente mobilização de estudantes e professores na execução do mesmo, demonstrando o interesse e o potencial da Universidade em auxiliar nesse processo de desenvolvimento. Destaca-se também atuação da ONG Mutirão Agroflorestal, que para além de uma pessoa jurídica capaz de captar recursos, tece uma rede de atores sociais que atuam, compartilham e acumulam experiências em questões relevantes para o enfrentamento da exploração da natureza e das pessoas.

Contudo, faz-se necessário aprofundar a discussão do papel de projetos ou programas na manutenção da relação desses diferentes atores com a comunidade e qual o potencial, de fato, que esses projetos têm de apoiar o caminho para a autonomia desses agricultores. Essas perguntas necessitam de uma avaliação mais profunda, onde talvez as ações executadas durante o Projeto Realidade possam ser avaliadas para compreender melhor essa questão.

Durante a construção do projeto, a Agroecologia se mostrou como um aspecto transversal, no sentido da construção uma agricultura atenta às questões ambientais e sensível às culturas e necessidades sociais, buscando estimular a autonomia dos agricultores envolvidos. Vale ressaltar, entretanto, que esse processo só será efetivo e duradouro se o pensamento crítico em relação à questão ambiental estiver conduzindo atitudes que levem a ampliação do cuidado com os recursos naturais, conseguindo abordar, inclusive, uma ótica de coevolução com a paisagem e com o território local. O fato da área aqui estudada estar dentro

de uma APA potencializa as chances de avanços no sentido de conservação, entendendo a importância especial dessa categoria de UC de uma gestão compartilhada, em um compartilhamento de responsabilidades entre o poder público, os usuários e outros atores envolvidos no território.

Bibliografia

ABA, Associação Brasileira de Agroecologia. Relatório de Construção do Conhecimento Agroecológico. Seminário sobre construção do conhecimento agroecológico. **Anais...**, Guarapari-ES. 2007. Disponível em: <http://aba-agroecologia.org.br/wordpress/?wpdmpromo=relatorio-de-construcao-do-conhecimento-agroecologico_2007> Acesso em: 10/06/2015

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para una agricultura sustentable**. Montevideo, 1999.

_____. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, v. 13, nº 16, p. 22–32, 2010.

ANDRADE, M. P. DE; IANDANZA, E. DO E. S.; FERREIRA, G. F. M. F.; DOURADO, R. J. Vivência Interdisciplinar em áreas de reforma agrária e territórios tradicionais do Distrito Federal e Entorno. In: 52º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 27 a 30 de julho, Goiânia-GO. **Anais...** 2014. Disponível em: <<http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.4/1/4145.pdf>> Acesso em: 25/03/2015

ARAÚJO, F. C. DE. **Reforma Agrária e Gestão Ambiental: Encontros e Desencontros**. Dissertação de Mestrado - Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, 2006

AVELINE, I. A.; PENEIREIRO, F.M.; BARROSO, E.; FERREIRA, G, F, M, F.; LUDEWIGS, T. A Extensão Universitária na construção coletiva da sustentabilidade em assentamentos rurais : o caso do Projeto de Extensão “Promovendo o Uso do Cerrado em Pé.” 7º Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, Brasília, 17 a 20 de maio. **Anais...** , 2015. Disponível em: <<http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ann.2/507.pdf>>. Acesso em: 01/06/2015

BALINT, P. J. Improving community-based conservation near protected areas: the importance of development variables. **Environmental management**, v. 38, n. 1, p. 137–48, 2006. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/16738825>>. Acesso em: 5/1/2015.

BEDUSCHI FILHO, L. C. **Assentamentos rurais e conservação da natureza: do estranhamento à ação coletiva**. Editora: Iglu, FAPESP. São Paulo, 2003

BITTENCOURT, G. A.; CASTILHOS, D.S.B. DE; BIANCHINI, V.; SILVA, H. B. C. DA; GUANZIROLI, C. **Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 1999.

BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. DO. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 4, p. 645–660, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000400002&lng=pt&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em: 03/03/2015

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 70 de 29 de março de 2012. Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_29.03.2012/CON1988.pdf>. Acesso em: 03/07/2015

_____. Lei n. 9.985, de 18 de julho 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>. Acesso em: 03/07/2015

BUAINAIN, A. M.; PIRES, D. Reflexões sobre reforma agrária e questão social no Brasil. In: C. Miranda; C. Costa (Eds.); **Justiça agrária e cidadania**. p.143–192, 2005. Brasília: IICA, v. 1. Disponível em: <<http://www.abda.com.br/texto/AntonioBuainain.pdf>>. Acesso em: 02/10/2014

CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. 10^a ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARVALHO, I. S. H. DE. **Potenciais e limitações do uso sustentável da biodiversidade do Cerrado: um estudo de caso da Cooperativa Grande Sertão no Norte de Minas**, 2007.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Editora: MAUAD - Rio de Janeiro-RJ, 2009.

COSTABEBER, J. A. **Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil** **Transição agroecológica: do produtivismo à ecologização**. Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia. Instituto de Sociología y Estudios Campesinos. Universidad de Córdoba (España), 1998.

CULLEN, L.; ALGER, K.; RAMBALDI, D. M. Land reform and biodiversity conservation in Brazil in the 1990s: Conflict and the articulation of mutual interests. **Conservation Biology**, v. 19, n. 3, p. 747–755, 2005.

DELLA GIUSTINA, C. C. **Degradação e Conservação do Cerrado: uma história ambiental do estado de Goiás**. Tese de Doutorado, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2013.

DIAS, M. M. **As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural: Um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)**. Tese de Doutorado, Universidade Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2004. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/cpda/wp-content/uploads/2011/09/d_marcelo_mina_dias_2004.pdf>. Acesso em 13/05/2015.

ELLIS, E. A.; PORTER-BOLLAND, L. Is community-based forest management more effective than protected areas? **Forest Ecology and Management**, v. 256, n. 11, p. 1971–1983, 2008. Disponível em: <<http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0378112708005823>>. Acesso em: 22/7/2014.

- FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil. “Land Governance in Brazil”. Framing the Debate Series, no. 2. ILC, Roma: [s.n]. 2012.
- FORPROEX, Fórum de Pró Reitores de Extensão das Universidades Públicas do Brasil. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Manaus. 2012.
- FRANÇA, C. G. DE; SPAROVEK, G. (coord.). **Assentamentos em debate**. Brasília : NEAD, 2005.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Coleção “O mundo, hoje”, v. 24, 7^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, 93 p.
- GOOGLE. Programa Google Earth™, 2015.
- GÖTSCH, E. **Break-through in agriculture**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1995. 22p.
- HAMBLY, H. Grassroots indicators: measuring and monitoring environmental change at the local level. **ILEIA Newsletter**, v. 12, n. 3, p. 14–18, 1996.
- HECHT, S. B. La evolución del pensamiento agroecológico. In: Nordan–Comunidad (Ed.); **Agroecologia: bases científicas para una agricultura sustentable**. p.15–30, Montevideo, 1999.
- INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Tipos de Projetos Criados e o Número de Famílias Assentadas nos Projetos de Reforma Agrária**. 2009. Disponível em: <http://www.sgc.goias.gov.br/upload/links/arq_405_anexo1.res.016.2009.pdf> Acesso em: 06/12/2014
- ISPN, Instituto Sociedade, População e Natureza. PPP-ECOS: Programa Pequenos Projetos Ecosociais. Disponível em: <http://www.ispn.org.br/projetos/ppp-ecos-programa-pequenos-projetos-ecossociais/>>. Acesso em: 14/05/2015.
- LOBO, A.; ANDRADE, K. Introdução. **Sementes lançadas, frutos colhidos: o Programa de Pequenos Projetos Ecosociais**. Brasília, 2010
- MACEDO, H. S. **Processos participativos na gestão de áreas protegidas**. Dissertação de mestrado em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91878>>. Acesso em: 02/10/2014.
- MEC, Ministério da Educação. **Editais PROEXT 2014 -PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA MEC/SESu**, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12243%3Aproext-apresentacao&catid=235%3Aproext-programa-de-extensao-universitaria-&Itemid=487> Acesso em: 04/08/2014
- MEDEIROS, R.; ARAÚJO, F. F. D. S. **Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de**

Conservação da Natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro. Brasília: MMA, 2011.

MENDES, E. DE P. P. **A Produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão (GO).** Tese de doutorado - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2005

MIRALHA, W. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista Nera**, v. 8, p. 151–172, 2006.

MONTE, A. L. Z. **Sintropia em agroecossistemas : subsídios para uma análise bioeconômica.** Dissertação de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MOREIRA, R. M. **Transição agroecológica: conceitos, bases sociais e a localidade de Botucatu/SP – Brasil,** 2003.

NAUGHTON-TREVES, L.; HOLLAND, M. B.; BRANDON, K. The role of protected areas in conserving biodiversity and sustaining local livelihoods. **Annual Review of Environment and Resources**, v. 30, n. 1, p. 219–252, 2005. Disponível em: <<http://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.energy.30.050504.164507>>. Acesso em: 9/7/2014.

NOGUEIRA, J. M.; SALGADO, G. S. M. Sócioeconomia e gestão ambiental da APA de Cafuringa. **APA de Cafuringa : a última fronteira natural do DF.** 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10482/8064>>. Acesso em: 10/07/2014.

NOGUEIRA, M. **Quando o pequeno é grande: uma análise dos projetos comunitários no cerrado.** Editora: Annablume, São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, A. E. S. DE. **ONGs AMBIENTALISTAS : DESAFIOS E GESTÃO DE AGENTES VOLUNTÁRIOS DE POLÍTICAS.** Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, Brasília, 2006

PENEIREIRO, F. M. **Sistemas agroflorestais dirigidos pela sucessão natural : um estudo de caso.** Dissertação de mestrado, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, 1999.

PICOLOTTO, E. L.; PICCIN, M. B. Movimentos camponeses e questões ambientais: posituação da agricultura camponesa? **Revista Extensão Rural**, v. ano XV, n., p. 5–36, 2008.

PINHO, R. Z. **Movimento Mutirão Agroflorestal: Trajetória do grupo, o Processo de Formação em Agrofloresta, suas Contribuições e Impactos.** Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas-SP, 2008.

PNUD/IPEA/FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano nos Municípios.** 2010. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/>>. Acesso em: 15/05/2015 .

PORTER-BOLLAND, L.; ELLIS, E. A.; GUARIGUATA, M. R.; *et al.* Forest Ecology and

Management Community managed forests and forest protected areas : An assessment of their conservation effectiveness across the tropics. **Forest Ecology and Management**, v. 268, p. 6–27, 2012. Elsevier B.V. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.foreco.2011.05.034>>. Acesso em: 22/08/2014.

PORTZ, M. A. **A preservação ambiental das propriedades camponesas na Comunidade Serrinha em São José das Palmeiras – PR**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Paraná, 2010.

REIS, V. A. **Avaliação da implantação de Sistemas Agroflorestais como alternativa à agricultura de derruba e queima: estudo em Mambaí, Goiás**. Trabalho de conclusão de curso, Departamento de Engenharia Florestal, Universidade de Brasília, 2014.

RENTE, A. S. G. **Áreas de Proteção Ambiental como inspeção para o Desenvolvimento Sustentável com Liberdade: o caso da criação da APA - Alter do Chão/PA**. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-RJ, 2006

SABOURIN, E. Reforma agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais. **Estudos Sociais e Agricultura**, v. 16, nº 2, p. 151–184, 2008.

SCHERER-WARREN, I.; REIS, M. J. Do local ao global: a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e sua articulação em redes. II ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS E I ENCUESTRO LATINOAMERICANO CIÊNCIAS SOCIALES Y REPRESAS. **Anais...** Salvador, 2007. Disponível em: <http://www.ecsb2007.ufba.br/layout/padrao/azul/ecsb2007/anais/st2_DO_LOCAL_AO_GLOBAL.pdf>. Acesso em: 03/08/2014

SEVILLA GUZMÁN, E.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M. Sobre la agroecología: algunas reflexiones en torno a la agricultura familiar en España. In: GARCÍA DE LEÓN, M. A. (ed.). **El campo y la ciudad**. Madrid: MAPA (Serie Estudios), p.153-197, 1996.

SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo, 2003.

UnB, UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – Instituto de Ciências Biológicas (IB); Instituto de Geociências (IG); Instituto de Química (IQ); Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS); Departamento de Economia (ECO). **Proposta de Criação de Curso de Graduação em Ciências Ambientais - Projeto Político-Pedagógico**, 2009.

VEIGA, J. E. DA. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. 2nd ed. São Paulo: Edusp, 2007.

YOUSSEF FILHO, A. A. **Comunidades persistentes: a resistência dos moradores da região de Açaizal do Prata**, 2013.

Apêndice



Projeto

Realidade: soberania alimentar, extrativismo e inclusão produtiva em 3 assentamentos rurais em Mambáí-GO

Assinatura do representante legal da ONG Mutirão Agroflorestal:

Rodrigo Junqueira Barbosa de Campos, Coordenador executivo

Projeto

Realidade: soberania alimentar, extrativismo e inclusão produtiva em três assentamentos rurais de Mambaí-GO.

INFORMAÇÕES SOBRE O PROJETO

1. Nome do projeto sintetizando seu propósito (máximo 12 palavras):

Realidade: soberania alimentar, extrativismo e inclusão produtiva em três assentamentos rurais de Mambaí-GO.

2. Valor solicitado ao PPP-ECOS: R\$ 87.456,60

3. Resumo do projeto (máximo 10 linhas):

Esta proposta visa apoiar comunidades de três Assentamentos do Município de Mambaí/GO por meio da implementação de Sistemas Agroflorestais (SAF) e do fortalecimento da cadeia produtiva do buriti (artesanato da palha e beneficiamento de frutos), visando soberania alimentar e melhoria de renda das famílias. Essas iniciativas contemplarão as demandas de um grupo de mulheres (com foco no buriti), e também dos homens (com foco em agrofloresta). Os jovens participarão de todas as atividades previstas, dentre elas: reforma do local da sede; capacitação em coleta, manejo e beneficiamento de buriti; consultoria em técnicas, design, organização e comercialização dos artesanatos; implantação de áreas de SAF; apoio à comercialização; e monitoramento, avaliação e registro das ações do projeto.

4. Duração do projeto (máximo 24 meses): 24 meses

5. Qual(is) tema(s) o projeto se enquadra? (Marque um “x” apenas no(s) tema(s) que o projeto se enquadra).

Área Focal	Temas	Assinale
Biodiversidade	Manejo e uso sustentável de espécies da sociobiodiversidade	x
	Elaboração de planos de manejo para conservação e uso sustentável de espécies	
	Conservação <i>in situ</i> de espécies ameaçadas e de importância econômica para as comunidades	x
	Agregação de valor a produtos da sociobiodiversidade	x
	Fortalecimento de redes de comercialização	x
Mudanças Climáticas	Capacitações em gestão de empreendimentos comunitários e comercialização	x
	Recuperação de áreas degradadas incluindo espécies nativas	x
	Manejo florestal sustentável	x
	Adoção de práticas agrosilvopastoris sustentáveis	x
Terra Degradada	Capacitações e ações para prevenção e manejo racional de fogo	x
	Uso de técnicas de recuperação de áreas degradadas, boas práticas de conservação dos solos e redução da erosão	x
	Apoio à difusão de técnicas de manejo agroecológico com vistas à recuperação e conservação dos solos e redução da erosão	x
	Emprego de técnicas de manejo e conservação de água	x

6. Local de execução do projeto (município(s), distrito(s) e/ou localidade(s)).

Município de Mambaí/GO, Território da Cidadania Vão do Paranã – GO. Projetos de

Assentamentos Capim-de-Cheiro, Mambaí e Paraná.

7. Quais comunidades ou grupos serão beneficiados diretamente pelo projeto? Quantas famílias?

Projetos de Assentamentos (PAs) Capim-de-Cheiro, Mambaí e Paraná. Serão beneficiadas 30 famílias.

8. Objetivo geral (o que o projeto ajudará a conseguir?):

Melhorar a qualidade de vida de famílias assentadas, por meio da soberania alimentar e aumento de renda.

9. Objetivos específicos (o que o projeto conseguirá de forma concreta?):

- 1 – Fortalecer a união e a organização comunitária dos três assentamentos rurais;
- 2 – Contribuir para o aumento de renda, com sustentabilidade ambiental e social, por meio do extrativismo (com artesanato e beneficiamento do buriti);
- 3 – Contribuir para soberania alimentar, com conservação do solo, da água e da biodiversidade, por meio da implantação de sistemas agroflorestais;
- 4 – Monitorar, avaliar e registrar o andamento do projeto, com a participação de toda a comunidade, especialmente dos jovens.

10. Contexto: faça uma breve descrição sobre a realidade do local em que o projeto se insere, com informações ambientais, econômicos, sociais, culturais e sobre a atuação da entidade proponente com o público beneficiário do projeto.

Os PAs envolvidos no projeto estão localizados dentro da APA Nascentes do Rio Vermelho, Unidade de Conservação Federal de Uso Sustentável e enfrentam problemas comuns a muitos PAs brasileiros: pouca produtividade, baixa renda, falta de assistência técnica, abandono de lotes, êxodo da juventude, desunião entre agricultores e degradação ambiental. Eles estão no município de Mambaí/GO dentro do Território da Cidadania Vão do Paraná – GO, no bioma Cerrado.

No passado já foram executadas tentativas frustradas de implementação de projetos nesses assentamentos, como o financiado pelo Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA). Tais projetos são grandes responsáveis pela descrença e desconfiança por parte dos agricultores, que, em alguns casos, contraíram dívidas sem terem alcançado os benefícios almejados. O fracasso desses projetos se justifica, de forma geral, pela falta de planejamento e assistência técnica das entidades proponentes e da falta de interesse e estratégias para o envolvimento dos beneficiários de forma ampla e transparente. Devido ao solo arenoso e às fortes secas, a região possui uma marca histórica de conflitos ambientais pela produção agrícola na beira do rio, definida por lei como Área de Proteção Permanente (APP), o que gerou multas para as famílias assentadas. O uso do fogo para agricultura e caça, e que se espalha acidentalmente é também um problema recorrente e que causa fortes impactos negativos sobre os ecossistemas locais (veredas e cerrado). As veredas, que margeiam o rio Buritis, como o próprio nome do rio acusa, apresentam alta densidade das palmeiras buriti, e o cerrado *sensu stricto* é rico em pequi e outras frutas.

O fortalecimento da produção e comercialização de produtos artesanais e alimentícios oriundos do Cerrado, fundamentalmente com foco no buriti, se apresenta como um potencial significativo de geração de renda, tendo em vista os conhecimentos, as habilidades prévias e o interesse das mulheres locais. A região já possui um histórico de renda por extrativismo de frutos do Cerrado, porém a falta de um padrão de qualidade e de uma cadeia produtiva bem estruturada vem minguando essas atividades na região. Contudo, a frutificação atual dos pés de buritis indica que 2016 será um ano muito farto dessa fruta, o que vem motivando

ainda mais as mulheres locais. Há também atualmente projetos em outros assentamentos no município, como o ECOFORTE e a AT em Frutos do Cerrado coordenados pela Funatura, que visam fortalecer a cadeia de frutos do Cerrado. Executados de forma integrada à gestão da APA pelo ICMBio, essas iniciativas vem favorecendo essas medidas, o que aponta para a possibilidade de fortalecer essas ações em parceria. Sendo assim, a região apresenta um forte potencial para consolidação de uma rede de extrativismo do Cerrado, ressaltando-se que Mambaí fica apenas a 310 km de um grande centro (Brasília) e que a própria demanda do município por polpa de buriti não é totalmente atendida.

A venda de mão de obra dos agricultores para práticas externas à sua propriedade para obtenção de renda causa o abandono das atividades agrícolas e o enfraquecimento dos cultivos voltados à alimentação familiar. Somado a isso, a falta de assistência técnica de qualquer natureza, solos arenosos com baixa fertilidade e alta susceptibilidade a erosão e lixiviação, sensíveis a práticas de uso da terra degradadoras realizadas contribuem para que os sistemas de produção apresentem baixo rendimento e os recursos naturais sejam mais e mais depauperados.

No ano de 2014 foi realizado o Projeto de Extensão Universitária (Proext) “Promovendo o Uso do Cerrado em Pé” pela Universidade de Brasília em parceria com a ONG Mutirão Agroflorestal, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e com a prefeitura municipal de Mambaí. O diagnóstico feito por esse trabalho subsidia várias das informações citadas anteriormente e pôde verificar alguns potenciais e fragilidades dessas comunidades. No caso dos três assentamentos aqui em questão, cabe evidenciar o tecido social já enfraquecido desses locais, com associações comunitárias inativas e/ou endividadas e com poucas pessoas residentes nas parcelas. No decorrer das atividades do Proext foi possível verificar uma reoxigenação e articulação entre os próprios assentados, gerando uma reorganização comunitária protagonizada pelos próprios moradores. A recém contratação da CooperaDR para assistência técnica rural (ATER) também promete fortalecer essa reorganização.

Durante o Pro-ext 2014 os jovens participaram desde o diagnóstico, como nas atividades de implantação e manejo dos SAF e protagonizaram o acompanhamento das parcelas de SAFs instaladas, registrando em fotografias, que foram socializadas com os adultos durante a reunião de troca de experiências nas visitas das parcelas. São grandes tanto a motivação dos envolvidos (homens, mulheres e jovens) quanto a expectativa de continuidade dos trabalhos e novas propostas apontadas pelas famílias envolvidas, as quais se comprometem a mobilizar outras pessoas do assentamento interessadas na proposta. Essas famílias participaram efetivamente no diagnóstico e na construção da proposta desse projeto (veja fotos em anexo), e sugeriram o nome do projeto Realidade, já que esperam que os sonhos sejam realizados.

11. Justificativa: delimite o(s) principal(is) problema(s) que o projeto pretende atuar e demonstre porque a solução proposta é importante/relevante, ou seja, por que o projeto contribui para o enfrentamento desta(s) questão(ões)?

Como exposto no item anterior, o tecido social dos três assentamentos está bem fragilizado. Percebe-se a necessidade de se construir projetos de base comunitária para empoderar a própria comunidade, buscando soluções da comunidade, para a comunidade e pela comunidade, ao mesmo tempo em que é recomendado um acompanhamento desses projetos para o sucesso dos mesmos. O projeto promoverá atividades que contemplam os interesses dos homens, das mulheres e dos jovens, visando o fortalecimento comunitário. Como esta proposta é

consequência direta de um projeto anterior, o Proext 2014, já observamos modificações na comunidade. O resultado disto já se reflete na maior participação de agricultores nas atividades promovidas, bem como na mobilização para participarem de capacitações realizadas pela Funatura no contexto dos projetos citados anteriormente. O caráter participativo realizado em 2014 será mantido, visto que os profissionais envolvidos serão os mesmos e que a metodologia mostrou-se acertada. Pretende-se capacitar os agricultores em gestão de projetos, envolvendo alguns interessados em acompanhar a gestão deste, caso seja aprovado. Ainda com relação ao fortalecimento comunitário, vale ressaltar que não há um espaço para reunião e agregação da comunidade, o que dificulta a formação de laços, a celebração de datas especiais, o compartilhamento de ideias e experiências, ou mesmo um local para trabalhos que podem ser realizados de forma coletiva, como o artesanato. A reforma de parte da estrutura da escola rural, que já existe no assentamento e está abandonada, será um legado importante para o fortalecimento da comunidade, pois o mesmo poderá ser utilizado para os encontros dos agricultores, para as atividades de capacitação previstas e outras ocasiões fora do escopo do projeto.

Os levantamentos prévios à construção deste projeto mostraram que há interesse de parcela significativa dos assentados em sanar as questões citadas anteriormente: os agricultores anseiam pela melhoria da qualidade de vida, por terem uma mesa farta de alimentos saudáveis e pela geração de renda oriunda da própria terra. As experiências já realizadas em pequenos canteiros de SAFs nos três assentamentos e a execução de projetos nesse âmbito em outros assentamentos no município vêm motivando os agricultores a experimentarem novas técnicas de plantio. O interesse de homens, mulheres e jovens reforça a importância de se dar continuidade aos trabalhos com agrofloresta, com implantação de novas parcelas e envolvimento de novas famílias. A agrofloresta é um sistema de produção que tem mostrado eficiente na produção de alimentos e conservação dos recursos naturais (terra, água, biodiversidade). O plantio de cultivos agrícolas com sementes crioulas, principalmente o milho, de espécies arbóreas nativas e outras adubadeiras, associado a práticas de manejo conservacionistas contribui para a sustentabilidade na agricultura familiar. Trabalhar com técnicas capazes de diminuir o uso de insumos externos e melhorar gradativamente da saúde do solo aumenta a quantidade e qualidade de alimentos produzidos e diminuí a dependência de fatores externos.

Ainda, há a prática extrativista realizada principalmente pelas mulheres, e que apresenta um potencial de ampliação de geração de renda, tanto pela venda da polpa como do artesanato de buriti. Contudo, a dificuldade de se ter um padrão de qualidade dos produtos e estratégias de comercialização são gargalos já identificados. Como solução, o projeto apresenta uma série de atividades para disseminar técnicas de manejo e boas práticas de extrativismo, além de fortalecer a organização e a comercialização dos produtos desenvolvidos.

Considerando que o êxodo rural e a falta de perspectiva dos jovens no assentamento são também graves problemas presentes, a melhora de qualidade de vida e inclusão produtiva das famílias tendem a diminuir essa problemática, mas é preciso também criar estratégias para o envolvimento dos jovens nessas atividades, valorizar o trabalho dos pais e realçar os avanços percorridos pela comunidade. Durante o Proext 2014 foi observada uma participação ativa dos jovens e algumas atividades realizadas com este público naquela ocasião serão reforçadas, como o uso de metodologias de educomunicação que já apresentaram bons resultados. Assim, o projeto contará com a participação das crianças e dos jovens para auxiliar

no monitoramento e registro das ações do mesmo.

12. Metodologia: explique como as atividades serão realizadas para alcançar os objetivos previstos.

Metodologias participativas e que promovam o aprender fazendo serão as tônicas neste projeto. Baseando-nos nos princípios do protagonismo local, onde os beneficiários participarão diretamente da organização e execução das atividades planejadas, procuraremos, de forma dialógica, interagir e fomentar o envolvimento de todos os participantes em todas as atividades do projeto.

1. No que diz **respeito ao fortalecimento da união e organização comunitária**, serão realizadas:

a) reuniões periódicas, contando com o processo de mobilização dos assentados de porta em porta, para planejar a execução das atividades do projeto com a comunidade. Haverá sempre com a presença de ao menos um membro da equipe técnica.

b) encontros específicos para identificar e apoiar no planejamento de novas demandas comunitárias. Um técnico do Mutirão Agroflorestral junto com os assentados debaterão sobre os principais desafios atuais da comunidade e para pensar em soluções.

c) Para o envolvimento dos jovens, o mapeamento destes será feito através de entrevistas semiestruturadas com os mesmos a fim de visualizar os potenciais e a adaptar as estratégias de envolvimento.

d) Um espaço para encontro dos agricultores, identificado como sede da associação proponente, será viabilizado pela reforma de um cômodo da escola que está abandonada no assentamento. A reforma será feita por profissionais locais, com participação dos assentados. A sede será ainda mobiliada minimamente com uma mesa, cadeiras, quadro branco, de modo que possibilitará a realização de oficinas reuniões e encontros. Seguem fotos em anexo.

e) o grupo contará com a parceria do SEBRAE na administração de dois cursos: “negócio certo rural” e “design de projetos”; e uma palestra motivacional com o título “sei unir forças”.

Outra estratégia para o fortalecimento de grupo e organização será aproveitar as atividades coletivas para gerar reflexão (de forma transversal). De acordo com Paulo Freire, é por meio da práxis (reflexão sobre a prática) que o aprendizado se torna significativo.

2. Com relação a **contribuir para o aumento de renda, com sustentabilidade ambiental e social, por meio do extrativismo (com artesanato e beneficiamento do buriti)**, serão realizadas:

a) oficina de manejo e extração da palha do buriti, que será ministrada por um profissional vinculado ao projeto Inovacerrado da UnB, financiado pelo CNPq. A oficina terá a duração de dois dias e será contrapartida desse parceiro do projeto (UnB).

b) oficinas de artesanato de palha de buriti. Terá a participação de uma profissional experiente no tema (consultora), e um artesão também com experiência prática na confecção dos artesanatos. A consultora identificará o potencial ao levantar as práticas locais e proporá ajustes e novos designs.

c) consultoria para viabilizar a comercialização dos artesanatos, com identificação de pontos de comercialização e demanda de mercado.

d) oficina sobre extração dos frutos e boas práticas. Nessa oficina de 16 horas será tratado sobre orientação para coleta e armazenamento dos frutos, manipulação e armazenamento da polpa, utilizando-se boas práticas. Esse curso será realizado

pela contrapartida da FUNATURA.

e) oficina de culinária. Essa oficina tem como objetivo desenvolver produtos oriundos do fruto do buriti (como doces, geleias, etc.) com o propósito de agregar valor e conservar, permitindo o armazenamento no período de entressafra. O currículo da profissional encontra-se em anexo.

f) consultoria para viabilização da comercialização dos produtos oriundos dos frutos buriti, com parceria da FUNATURA, por meio do Projeto Frutos do Cerrado. Assim, contaremos com essa contrapartida desse importante parceiro.

3. Com relação a contribuir para soberania alimentar, com conservação do solo, da água e da biodiversidade, por meio da implantação de sistemas agroflorestais, serão realizadas as seguintes atividades:

a) planejamento e implantação de 15 novas parcelas de agrofloresta, de 1000 m² cada. O planejamento será feito com a participação dos agricultores, que apontarão as principais espécies de interesse. Serão adquiridos insumos (pó de rocha, esterco), sementes (de milho crioulo, hortaliças e de árvores), mudas de espécies frutíferas e nativas, e ferramentas.

b) oficina de coleta de sementes e produção de mudas

c) visita de intercâmbio: a fim de motivação e aprendizados sobre técnicas agroflorestais, alguns agricultores conhecerão experiências com agrofloresta em Brasília, no sítio Semente, onde ficarão por três dias. Além disso, haverá intercâmbio entre os agricultores par ao Assentamento Cynthia Petter onde está ocorrendo um projeto aprovado pelo PPP-ECOS com implementação de SAFs.

Ainda, serão realizadas troca de experiências entre os agricultores, para que possam aprender uns com os outros. Na expectativa de mostrarem o fruto do seu trabalho, se sentirão motivados para fazerem o seu melhor.

c) Manejo das áreas implantadas. O manejo será baseado em práticas agroecológicas, visando a proteção dos solos e da água, com acúmulo de matéria orgânica, por meio de capina seletiva e podas.

As atividades de planejamento, implantação e manejo serão realizadas com o suporte técnico, em mutirões.

As áreas que necessitarem de irrigação contarão com sistemas simples utilizando carneiro hidráulico, contrapartida dos agricultores.

Homens, mulheres e jovens do assentamento estarão envolvidos diretamente nessa atividade. No caso das agroflorestas que serão implantadas para recuperação de APP, serão introduzidas mudas de buriti, enriquecendo ainda mais a população local dessa espécie.

Com vistas a evitar que o fogo atinja as áreas implantadas, serão realizados aceiros ao redor das parcelas e também os agricultores contarão com um curso de prevenção e combate a incêndios florestais.

4. Com relação ao monitoramento, avaliação e registro do andamento do projeto, com a participação de toda a comunidade, especialmente dos jovens, serão realizadas atividades como:

a) reunião com os jovens para planejar monitoramento (identificar critérios e indicadores para realizar o monitoramento e avaliação) e registro das atividades;

b) registro fotográfico e audiovisual (entrevistas) das atividades do projeto e impressões dos participantes. Para tanto, será adquirida uma máquina fotográfica, um tripé, um microfone de lapela

c) oficina de educomunicação, a ser realizada por um profissional capacitado no tema. Nessa oficina, com duração de 16 horas dias, os jovens serão orientados sobre ferramentas de educomunicação e dicas para melhor registrar os fatos e

expressar as ideias.

d) elaboração de portfólio do projeto

e) elaboração de 4 banners sobre o projeto

f) postar textos, fotos e filmetes no site do Mutirão Agroflorestal (www.mutiraoagroflorestal.org.br)

13. Se o projeto pretender realizar atividades de capacitação, descreva o conteúdo das mesmas, quem participará e quem ministrará?

a) oficina de manejo e extração da palha do buriti, que será ministrada por um profissional vinculado ao projeto Inovacerrado da UnB, financiado pelo CNPq. A oficina terá a duração de dois dias e será contrapartida desse parceiro do projeto (UnB).

b) oficinas de artesanato de palha de buriti. Terá a participação de uma profissional experiente no tema (consultora), e um artesão também com experiência prática na confecção dos artesanatos. A consultora identificará o potencial ao levantar as práticas locais e proporá ajustes e novos designs.

c) oficina sobre extração dos frutos e boas práticas. Nessa oficina de 2 dias será tratado sobre orientação para coleta e armazenamento dos frutos, manipulação e armazenamento da polpa, utilizando-se boas práticas.

d) oficina de culinária. Essa oficina tem como objetivo desenvolver produtos oriundos do fruto do buriti (como doces, geleias, etc.) com o propósito de agregar valor e conservar, permitindo o armazenamento no período de entressafra. O currículo da profissional encontra-se em anexo.

e) oficina de coleta de sementes e produção de mudas

f) curso de prevenção e combate a incêndios florestais

g) oficina de educomunicação, a ser realizada por um profissional capacitado no tema. Nessa oficina, com duração de 16 horas, os jovens serão orientados sobre ferramentas de educomunicação e dicas para melhor registrar os fatos e expressar as ideias.

14. Como serão divulgados os resultados do projeto para que possa alcançar outros públicos? Há recursos suficientes? (Deverão ser previstos os recursos necessários).

Tanto o projeto Inova Cerrado como o da Rede Agroecológica-Extrativista Trijunção do Cerrado Central (Ecofort) irão proporcionar trocas de experiências entre agricultores e extrativistas de diferentes regiões do Cerrado. Representantes deste projeto divulgarão o projeto nessas oportunidades. Além disso, será elaborado um portfólio com fotos e dizeres como memória para a própria comunidade. Serão também realizados relatórios parciais e geral do projeto. Fotos e filmetes realizados pelos jovens serão postados na internet. Resultados do projeto serão postados no site da ONG Mutirão Agroflorestal (www.mutiraoagroflorestal.org.br). Serão providenciados 4 banners sobre o projeto para serem expostas nos locais de comercialização.

15. Impactos previstos: quais mudanças serão geradas pelo projeto na realidade ambiental e social?

O projeto promoverá novas fontes de renda para a comunidade e simultaneamente diminuirá a pressão antrópica sobre os recursos naturais. Com uma maior valorização do buriti e com capacitação de combate a incêndios, a comunidade será aliada à conservação das veredas e do cerrado em recuperação na região. Boa parte da alimentação da família será proveniente das áreas de agrofloresta, contribuindo para a soberania alimentar. Os jovens estarão motivados e com conhecimentos para realizar atividades produtivas e se manterem no assentamento.

16. Plano de Trabalho

Objetivos específicos	Atividades	Indicadores	Responsáveis por cada atividade
1 – Fortalecer a união e a organização comunitária dos três assentamentos rurais;	1.1 Realizar 12 reuniões para planejar a execução das atividades do projeto com a comunidade	Relatório das reuniões realizadas	Mutirão Agroflorestal e APAPACC
	1.2 encontros para identificar e apoiar no planejamento de novas demandas comunitárias;		Mutirão Agroflorestal, APAPACC e Cooperadr
	1.3 mapeamento dos jovens e entrevistas para identificar interesses	Lista com o nome dos jovens e respectivos interesses	Mutirão Agroflorestal, APAPACC
	1.4 Realizar 2 cursos e 1 palestra sobre união e formalização empreendedora	Lista de presença e certificados emitidos pelo SEBRAE	SEBRAE
	1.5 Estruturar uma sede comunitária com reforma de um cômodo no prédio existente	Sala reformada	APAPACC
2 – Contribuir para o aumento de renda, com sustentabilidade ambiental e social, por meio do extrativismo (com artesanato e beneficiamento do buriti);	2.1 Realizar uma oficina de manejo e extração da palha do buriti	Pelo menos 15 pessoas capacitadas	FUNATURA
	2.2 Realizar 3 oficinas de artesanato de palha de buriti		
	2.3 Realizar consultoria para trabalhar técnicas e padrões, desenho de coleções, formalização de grupos produtivos e comercialização de artesanatos;	Pelo menos 15 pessoas capacitadas	Mutirão Agroflorestal
	2.4 Realizar oficina sobre extração dos frutos de buriti e boas práticas de beneficiamento	Pelo menos 15 pessoas capacitadas	
	2.5 Realizar oficinas de boas práticas e de gastronomia de frutos do cerrado;	Pelo menos 15 pessoas capacitadas	
	2.6 Realizar consultoria para viabilização da comercialização dos produtos oriundos dos frutos do buriti	Lista com potenciais pontos de comercialização	FUNATURA
3 – Contribuir para soberania alimentar,	3.1 planejamento e implantação de 15	15 parcelas de 1000 m ² implantadas	Mutirão Agroflorestal e

com conservação do solo, da água e da biodiversidade, por meio da implantação de sistemas agroflorestais;	novas parcelas de agrofloresta, de 1000 m ² cada		APAPACC
	3.2 oficina de coleta de sementes e produção de mudas		
	3.3 visita de intercâmbio		
	3.4 Manejo das áreas implantadas com acompanhamento técnico	no mínimo 1 visita técnica realizada em cada uma das 15 áreas	Mutirão Agroflorestal e APAPACC
	3.5 Realização de aceiros no entorno das parcelas	Aceiros construídos	
	3.6 curso de prevenção e combate a incêndios florestais.	Pelo menos 15 pessoas capacitadas	
4 – Monitorar, avaliar e registrar o andamento do projeto, com a participação de toda a comunidade, especialmente dos jovens.	4.1 Reunião com os jovens para planejar monitoramento e registro das atividades;	Pelo menos 10 jovens tendo estado presentes (lista de presença)	Mutirão Agroflorestal
	4.2 registro fotográfico e audiovisual (entrevistas) das atividades do projeto e impressões dos participantes pelos jovens.	Pasta de arquivo com fotos e filmetes realizados pelos jovens	Mutirão Agroflorestal
	4.3 uma oficina de educomunicação com duração de 16 horas	Pelo menos 10 jovens tendo sido capacitados	Mutirão Agroflorestal
	4.4 elaboração de portfólio do projeto	1 portfólio elaborado com fotos e registro escrito	Mutirão Agroflorestal
	4.5 elaboração de 4 banners sobre o projeto	4 banners impressos	Mutirão Agroflorestal
	4.6 postar textos, fotos e filmetes em site	Textos, fotos e filmetes sobre o projeto postados no site www.mutiraoagroflorestal.org.br	Mutirão Agroflorestal

19. Apresente conforme tabela abaixo, de acordo com os objetivos específicos apresentados no Plano de Trabalho, o marco inicial para os principais indicadores que deverão ser monitorados e a previsão quantitativa dos impactos que devem ser alcançados no final do projeto. O marco inicial se refere à situação existente no início do projeto (situação atual).

Indicadores		Início (marco inicial)	Final do projeto
Número de comunidades envolvidas		3	3
Número de famílias envolvidas*		8	30
Número de pessoas capacitadas em SAFs	Homens	0	20
	Mulheres	0	20
	Total	0	40
Número de pessoas capacitadas em Boas Práticas e Manejo	Homens	0	5
	Mulheres	0	20
	Total	0	25
Número de jovens envolvidos com o projeto		4	10
Volume da produção buriti despoldado (kg)		50	500
Mercados acessados		0	3
Renda familiar advinda da atividade proposta			
Faturamento bruto anual**		0	Pelo menos R\$ 1000,00 por família envolvida nas atividades extrativistas
Influência em políticas públicas			
Número de novas tecnologias desenvolvidas			2

20. Qual foi a participação dos beneficiários diretos na elaboração deste projeto? Para projetos que não serão executados diretamente pelos beneficiários, incluir anuência prévia informada da comunidade/grupo beneficiário em relação à implementação da proposta.

As três comunidades que serão atendidas pelo projeto já estão num processo anterior de aproximação com o CDS/UnB e com a ONG Mutirão Agroflorestal devido a execução do Proext "Promovendo o Uso do Cerrado em Pé", realizado em 2014, que buscou entender a realidade local e facilitar soluções para os problemas de forma participativa e colaborativa, culminando nesse projeto. O ProExt possibilitou a elaboração e devolutiva de um diagnóstico rural participativo, uma oficina de organização comunitária e a construção coletiva de uma matriz lógica dos assentados para construção do projeto para buscar soluções para o principal problema eleito, a "terra fraca". A comunidade apontou para necessidade de se conhecer novas técnicas de produção agrícola para solucionar o problema identificado, o que culminou em oficinas de plantio de pequenos canteiros agroflorestais. Este projeto aqui submetido ao PPP-ECOS, nasce de uma relação de

confiança conquistada e de um debate ampliado com a comunidade, onde as etapas do ProExt *Promovendo o Uso do Cerrado em Pé*, descrito acima, foram essenciais para a esta construção. Durante o ano de 2014, nas visitas a campo, foram debatidas soluções próprias da comunidade e para a comunidade, onde a ideia e a prática de ter a comunidade como protagonista de seu próprio desenvolvimento foi sempre uma orientação metodológica.

A ideia de se trabalhar com o artesanato e com os frutos do Cerrado veio da vontade das mulheres em fortalecer a união entre elas e aproveitar melhor os potenciais existentes no aumento da renda familiar. Essa proposta se fortaleceu pelo conhecimento e prática já difundidos entre elas, como a produção de redes e esteiras com a palha do buriti e a comercialização da polpa do fruto.

Com base no sonho de se ter uma mesa farta com produtos oriundos do próprio lote, o(a)s assentado(a)s colocaram a necessidade de se trabalhar novas técnicas de produção para melhorar a fertilidade do solo e a quantidade e diversidade de alimentos. As experiências de pequenos canteiros agroflorestais motivou os assentados a ampliarem as áreas e disseminar os conhecimentos. Nesse sentido, foi a partir deles que surgiu a ideia de se ampliar e implementar novas parcelas como o apoio do projeto em proporcionar mudas, alguns insumos (como esterco e pó de rocha) e assistência técnica, conciliando conservação do solo, da água, da biodiversidade e produção alimentar.

Os jovens têm participado ativamente das atividades até então desenvolvidas e estão motivados com a possibilidade do novo projeto, onde participarão das atividades e atuarão no monitoramento e registro das ações. Veja fotos em anexo.

21. Como as mulheres, jovens e idosos se inserem na implementação do projeto?

As mulheres são as principais protagonistas do projeto. Se inserem no projeto pela sua auto-organização e interesse para a produção e beneficiamento de produtos extrativistas, com foco no buriti. Participarão de capacitações para desenvolverem as duas atividades de maior interesse: artesanato e manipulação da polpa do buriti. Além disso, também estão envolvidas e interessadas em agrofloresta.

Os jovens, em todas as atividades que desenvolvemos nos assentamentos, já vêm participando e contribuindo ativamente no desenvolvimento das atividades. As famílias, na maioria dos casos, levam seus filhos para as atividades onde os mesmos se apresentam muitas vezes como protagonistas. No presente projeto, os jovens participarão diretamente nas atividades de monitoramento e registro das ações do projeto a partir de fotografias, filmetes e escritos, buscando identificar o desenvolvimento das atividades. A estratégia de envolver os jovens tanto na fabricação de artesanato e alimentos, como no manejo de buritis e agrofloresta também se apresenta como uma prioridade dentro do projeto, pensando no futuro do assentamento e na superação do crônico exôdo rural da região. A inclusão social e econômica de jovens em assentamentos da reforma agrária configura importante desafio para a sustentabilidade rural em todo o país. Neste sentido, o projeto deverá contribuir na construção de perspectivas que favoreçam a apropriação, por parte de jovens filhos de assentados, das possibilidades de desenvolvimento local. Será feito um levantamento dos jovens interessados em se envolverem nessas atividades, assim como os tutores que serão responsáveis em transferir esses conhecimentos para os mais jovens.

22. Se o projeto implicar a venda de produtos ou serviços, indique o mercado a ser acessado; forma de apresentação dos produtos; formas de distribuição e

escoamento das mercadorias; valores estimados de custos, vendas e resultados financeiros. Projetos produtivos devem mostrar viabilidade especialmente se recebeu apoio(s) anterior(es).

Os produtos oriundos do extrativismo serão comercializados nas feiras de artesanato já programadas para o ano de 2015 e que terão continuidade em 2016, assim como por outras diferentes formas de comercialização já desenvolvidas pela comunidade. Há no município de Mambá um esforço comum da prefeitura, FUNATURA, EMATER, ICMBio e SEBRAE para a criação de uma feira do agricultor familiar, onde poderão ser comercializados os produtos tanto do extrativismo quanto dos SAFs.

Não há como verificar os valores estimados de custos, vendas e resultados financeiros, pois estes dependerão de quais produtos de artesanato serão criados nas oficinas e de quais cultivos de fato gerarão excedentes dentro dos SAFs. Lembrando que os sistemas produtivos que serão fomentados pelo presente projeto terão foco na segurança alimentar, podendo ou não vir a ser comercializados.

23. Há normas específicas de ordem sanitária, ambiental, fiscal, indigenista e/ou profissional que se aplicam ao projeto? Caso sim especifique como serão atendidas.

Sim. Através dos cursos de boas práticas e visitas técnicas às residências.

24. Se o projeto pretender construir alguma instalação, anexe o desenho da planta baixa. Nesta etapa, as plantas não precisam ser feitas por especialistas, podendo ser desenhadas pela própria comunidade, desde que sejam especificadas as dimensões e que correspondam às determinações legais. No caso de aprovação do projeto, as plantas devem estar de acordo com as exigências sanitárias, administrativas e socioambientais.

Há previsão de reforma de parte da estrutura que era a antiga escola rural do assentamento. Esta reforma será apenas para adequar o espaço para o uso como espaço de reuniões e cursos.

25. Qual a cooperação/parceria prevista dos governos municipal, estadual e federal, de outras organizações não governamentais e do setor privado? Quantifique e detalhe os apoios citados.

Prefeitura Municipal - apoio na execução do projeto como um todo, seja com combustível, alimentação, deslocamento para os intercâmbios e a compra de equipamentos de combate ao fogo;

ICMBio - curso de prevenção e combate ao fogo e apoio institucional no monitoramento e articulação de novas parcerias;

Funatura - apoio inicial com o caminhão baú do programa ECOFORTE para a comercialização e a inclusão de agricultores do projeto em capacitações oferecidas na AT de Frutos do Cerrado e também no ECOFORTE; consultoria para viabilização da comercialização dos produtos alimentícios processados de buriti;

SEBRAE - Formação "Negocio Certo Rural", "Design de Produtos" e pacote "S.E.I. Empreendedor Individual"

Associação dos Agricultores do Atoleiro – recepção de agricultores para intercâmbio de experiências.

Universidade de Brasília: Apoio através dos projetos: Inova Cerrado, que viabilizará uma oficina sobre manejo e extração de palha do buriti; e AGROPOLES, que está realizando estudos sobre comercialização e inovações na região.

26. Como e por quem o projeto será monitorado/acompanhado durante seu período de realização?

De forma geral, o projeto será acompanhado e monitorado pela coordenação

do projeto junto à APAPACC através de vistorias e conversas. Na parte de SAFs, as parcelas serão acompanhadas pela assistência técnica do projeto. Os jovens também serão responsáveis pelo monitoramento. No âmbito do artesanato as atividades serão acompanhadas pela consultoria contratada. Órgãos parceiros também ajudarão a acompanhar/monitorar em suas atividades de assistência técnica e visitas.

27. Qual a necessidade de assistência técnica para o projeto? Como ela será atendida e quem comporá a equipe técnica? Anexe os currículos ou os perfis dos técnicos, se for o caso.

O sistema agroflorestal propostos implica em muitas novidades técnicas para os beneficiários. A assistência ocorrerá individualmente nas parcelas implementadas após cada etapa de capacitação. Além disso, o projeto conta com assistência técnica parceiras, proporcionada ocasionalmente pela CooperaDR e pela FUNATURA.

A equipe técnica será formada por Guilherme Mamede, Fabiana Peneireiro, Igo Aveline, Renata Ceolini, Tatiane Yumi, Sara Pitombo, membros do Mutirão Agroflorestal.

Para adequar os produtos artesanais ao mercado, está previsto dentro da consultoria para o trabalho de técnicas e padrões, desenho de coleções, um acompanhamento de um artesão especializado que trabalha junto com a consultora que será contratada. O trabalho deles pode ser visto no site: www.centralveredas.org

28. Quais são os riscos internos e externos que podem impedir que o projeto alcance seus objetivos? Quais as medidas preventivas que podem ser tomadas?

A fragilidade da atuação e participação dos assentados nas associações é um risco interno do projeto indentificado pelo diagnóstico feito pelo Proext em 2014. Essa fragilidade aponta um baixo capital social da comunidade, que será fortalecido com o acompanhamento de órgãos externos à ela (Mutirão Agroflorestal, ICMBio e CooperaDR) em atividades de mobilização, assistência técnica e monitoramento, visando sempre trabalhar com o empoderamento dos assentados na execução do próprio projeto. Como fator externo, o fogo é a principal ameaça apontada pelos próprios assentados. Nesse sentido, foi feita uma articulação com o ICMBio e a Secretaria de Meio Ambiente de Mambai-GO para capacitar a comunidade no combate a incêndios.

29. Como será garantida a sustentabilidade das ações e resultados alcançados com este projeto após sua conclusão?

Com a parceria da FUNATURA no contexto do projeto Redes ECOFORTE, a perspectiva é que as famílias participantes se associem à rede, a fim de que tenham apoio para comercialização e produção com bases agroecológicas.

O município de Mambai tem investido no trabalho com artesanato, apoiando a criação do Mambarte, que é um grupo de artesãos que tem sido apoiados pelo SEBRAE e tem se destacado na produção e comercialização de artesanato.

As capacitações tanto no âmbito do extrativismo como nos SAFs visa garantir a continuação dos objetivos da comunidade mesmo após o término do projeto. A criação de um banco de sementes crioulas complementa essas ações no sentido garantir a independência dos agricultores.

30. Orçamento:

		Solicitado ao	Contrapartida	Total (R\$) (a+b)
--	--	---------------	---------------	-------------------

		PPP-ECOS (R\$) (a)	(b)	
1. Pessoal	1.1 Acompanhamento técnico do projeto	R\$ 15.400,00	R\$ 3.350,00	15400
	1.2 Encargos e benefícios	R\$ 1.520,00		1.520,00
	1.3 Equipe técnica para facilitar o plantio	R\$ 10.000,00	R\$ -	10000
	1.4 Equipe técnica para manejo nos SAFs	R\$ 6.400,00	R\$ -	6400
	1.5 Estimativa do valor do trabalho das 15 famílias nos SAFs durante os dois anos	R\$ -	R\$ 45.000,00	45000
	1.6 Estimativa do valor do trabalho dos jovens		R\$ 15.000,00	15000
	1.7 Mão de obra para reforma da sede	R\$ 1.500,00	R\$ 500,00	2000
	1.8 Profissional para oficina de coleta de semente e produção de mudas	R\$ 500,00		500
2. Serviços de Terceiros	2.1 (SEBRAE) Curso "Desing de projetos"	R\$ -	R\$ 500,00	500
	2.2 (SEBRAE) Curso "Negócio Certo Rural"	R\$ -	R\$ 1.200,00	1200
	2.3 (SEBRAE) Palestra "Sei unir forças"	R\$ -	R\$ 150,00	150
	2.4 Artesão para as oficinas de artesanato de palha e braço de buriti	R\$ 3.000,00	R\$ -	3000
	2.5 Construção de uma página na internet	R\$ -	R\$ 3.000,00	3000
	2.6 Consultoria: Acessoria para comercialização de artesanato	R\$ 2.000,00	R\$ -	2000
	2.7 Consultoria: Diagnóstico de produção de artesanato	R\$ 1.000,00	R\$ -	1000
	2.8 Curso oferecido pelo ICMBio de prevenção e combate a incêndios florestais	R\$ -	R\$ 2.500,00	2500
	2.9 Hospedagem no Sítio Semente-DF	R\$ 150,00	R\$ -	150
	2.10 Impressão de banners	R\$ 500,00		500
	2.11 Ônibus e motorista da prefeitura	R\$ -	R\$ 925,00	925
	2.12 Pagamento para professor do curso Frutos do Cerrado: Buriti	R\$ -	R\$ 480,00	480
	2.13 Pagamento para professora de culinária	R\$ 600,00	R\$ -	600
	2.14 Pesquisadora da UnB		R\$ 400,00	400
	2.15 Professor da oficina de educomunicação	R\$ 500,00		500
	2.16 Visita ao assentamento Cynthia Petter	R\$ -	R\$ 500,00	500
	2.17 Visita guiada em SAFs no DF	R\$ 900,00	R\$ -	900
	2.18 Visita técnica às propriedades com SAFs (FUNATURA)	R\$ -	R\$ 840,00	840
	3.1 Aquisição de tesouras de poda	R\$ 400,00	R\$ -	400

	3.2 Câmera Canon EOS Rebel T3i DSLR (Body Only)	R\$ 1.596,80		1596,8
	3.4 Compra de cadeiras	R\$ 2.000,00		2000
	3.5 Compra de mesas	R\$ 280,00		280
	3.6 Construção inutilizada (antiga escola)	R\$ -	R\$ 30.000,00	30000
	3.7 Datashow (ICMBio)	R\$ -	R\$ 1.400,00	1400
	3.8 Ferramentas agrícolas das 15 famílias.	R\$ -	R\$ 3.750,00	3750
	3.9 Lente Canon EF 50mm	R\$ 368,00		368
	3.10 Materiais de escritório (canetas, cartolinas...)	R\$ 500,00		500
	3.11 Material para a oficina de coleta de sementes e produção de mudas	R\$ 500,00		500
	3.12 Microfone	R\$ 476,80		476,8
	3.13 Notebook	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	5000
	3.14 Rolo de tela para galinheiro	R\$ 4.000,00	R\$ -	4000
	3.15 Tripé	R\$ 150,00		150
	3.16 Utensílios de cozinha	R\$ 500,00	R\$ -	500
	3.17 Utilização de carro pessoal	R\$ -	R\$ 2.760,00	2760
4. Material de consumo	4.1 Alimentação para 40 pessoas (para os mutirão)	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	4000
	4.2 Alimentação para a visita aos SAF's em Brasília (2 cafés da manhã, 2 almoços e 2 jantas)	R\$ 1.275,00	R\$ 75,00	1350
	4.3 Combustível para 50 horas de trabalho do trator	R\$ -	R\$ 1500,00	600
	4.5 Descolamento Brasília-Mambaí-Brasília	R\$ 4.680,00	R\$ 180,00	4860
	4.6 Deslocamento Mambaí-Brasília-Mambaí para 15 pessoas (ônibus ou van)	R\$ -	R\$ 300,00	300
	4.7 Diária para o artesão	R\$ 1.680,00	R\$ -	1680
	4.8 Diárias para consultora	R\$ 1.200,00	R\$ -	1200
	4.9 Insumos agrícolas orgânicos	R\$ 2.500,00	R\$ -	2500
	4.10 Manutenção de carro	R\$ 600,00	R\$ -	600
	4.11 Material para as oficinas	R\$ 300,00	R\$ -	300
	4.12 Material para o curso Frutos do Cerrado: Buriti	R\$ -	R\$ 150,00	150
	4.13 Mudas	R\$ 10.000,00	R\$ -	10000
	4.14 Sementes	R\$ 2.000,00	R\$ -	2000
	4.15 Transporte da equipe técnica da UnB		R\$ 1.500,00	1500
	5. Obras e Construções	5.1 Material para reforma da sede (caixa e bomba d'água, mangueira, 55m de cerâmica, 20 pacotes de	R\$ 3.500,00	0

	argamaça, 2 caixas de descarga, 2 vasos sanitários, 2 chuveiros com braço, massa corrida, 2 latas de tintas, tampas, conexões e canos)			
6. Custos Administrativo	6.1 Telefone	R\$ 480,00	0	480
TOTAL		87456,6	123810	206396,6

ANEXO



Agricultores e agricultoras, juntamente com a equipe do grupo de extensão da UnB, no final da reunião para planejamento do projeto (as crianças e jovens já tinha ido para a escola).



Envolvimento dos jovens no manejo da agrofloresta. Os principais aprendizados sobre práticas agroecológicas foram com relação à cobertura do solo com matéria orgânica, utilização de adubos verdes, utilização de sementes de milho crioulo, plantio diversificado e plantio de árvores diretamente com sementes.



Mapa da região. Em amarelo, o limite da APA Nascentes do Rio Vermelho e, no centro esquerdo, a rodovia GO-108. Em azul, o limite entre GO e BA. Em branco, o limite dos Projetos de Assentamentos Paraná, Mambai e Campim-de-cheiro.